



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

PATRICIA LIRA DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO NORDESTE: UMA
LEITURA DAS IMAGENS DA SECA VEICULADAS PELA MÍDIA
NA REVISTA VEJA**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

PATRICIA LIRA DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO NORDESTE: UMA
LEITURA DAS IMAGENS DA SECA VEICULADAS PELA MÍDIA
NA REVISTA VEJA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
como exigência para obtenção do título de
Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586r Silva, Patricia Lira da
Representações imagéticas do Nordeste [manuscrito] : uma
leitura das imagens da seca veiculadas pela mídia na Revista Veja
/ Patricia Lira da Silva. - 2016.
69 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dr. Maria Lindaci Gomes de Souza,
Departamento de História".

1. Seca. 2. Nordeste. 3. Representação. 4. Imagem. 5.
Mídia. I. Título.

21. ed. CDD 907.2

PATRICIA LIRA DA SILVA

**REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DO NORDESTE: UMA
LEITURA DAS IMAGENS DA SECA VEICULADAS PELA MÍDIA
NA REVISTA VEJA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
como exigência para obtenção do título de
Licenciatura Plena em História.

Aprovada em 30 de 05 de 2016.

Maria Lindaci Gomes de Souza

Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza/ UEPB
Orientadora

Patrícia Cristina de Aragão Araújo

Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo/ UEPB
Examinadora

Matusalém A. Oliveira

Prof. Ms. Matusalém Alves Oliveira/ UEPB
Examinador

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo, em primeiro lugar, a Deus, que compreendo como força criadora, força à qual me apego em todos os momentos de minha vida e que me concedeu superar todas as dificuldades que surgiram em meu caminho para chegar até aqui.

Agradeço, de forma incomensurável, e, de todo meu coração, aos meus queridos e amados pais, meus verdadeiros heróis históricos, embora, nada do que eu colocasse aqui, em palavras, fosse suficiente para expressar os meus sinceros agradecimentos por todos os seus esforços para minha criação. À minha mãe, Maria de Fátima, e, ao meu pai, Sebastião Silva, minhas verdadeiras fontes de inspiração e sabedoria que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo de suas caminhadas, sempre se fizeram presentes em minha vida de forma carinhosa e acolhedora, tendo um papel fundamental em minha educação. Sempre com muita coragem, força e determinação me proporcionaram uma experiência de vida e um conhecimento que levarei para vida, sempre com muito respeito e admiração.

Sou grata também a toda minha família por estarem sempre ao meu lado, pessoas que sei que vão estar sempre prontas para me acolher e me confortar em qualquer momento da minha vida.

Quero agradecer também, de forma muito especial, ao meu amigo, companheiro e esposo, André Felipe, que esteve ao meu lado em todo o período de curso e que me apoiou indiscutivelmente, mesmo nos períodos em que fui levada a desistir, momentaneamente, da graduação. Agradeço pelo seu incentivo, companheirismo, compreensão e carinho. Seu apoio foi imprescindível para a realização desse trabalho.

Agradeço à minha querida orientadora, Maria Lindaci Gomes de Souza que, com muita prontidão, se dispôs a me orientar, mesmo em meio a tantos outros trabalhos e atividades acadêmicas. Sempre com muita atenção, paciência, respeito e compreensão me orientou e me trouxe calma nos momentos de insegurança, me dando suporte e incentivo.

Agradeço aos professores Matusalém Alves e Patrícia Cristina que, com carinho, se disponibilizaram a participar da banca examinadora e analisar esse trabalho. Só tenho a agradecer por fazerem parte desse momento de realização em minha vida.

Quero agradecer à Universidade Estadual da Paraíba por ter me aberto suas portas, me permitindo realizar o sonho da licenciatura, possibilitando-me, ainda, conhecer e vivenciar várias experiências a nível acadêmico.

Estendo, ainda, os meus sinceros agradecimentos a todos os meus estimados professores e professoras de curso por terem, de forma muito competente, me proporcionado enxergar o mundo com outros olhares, me fazendo pensar o conhecimento como algo sempre em construção, sendo o mesmo construído por uma sociedade sempre em movimento, contribuindo de forma significativa, não só para o meu conhecimento a nível acadêmico, mas também para o meu desenvolvimento a nível pessoal.

E, por fim, quero ainda agradecer a todos os professores que tive desde minha fase inicial na escola, que me possibilitaram chegar até aqui através da doação de seus conhecimentos. A todos, o meu muito obrigada.

Dedico este trabalho aos meus queridos e amados pais por toda dedicação, carinho e amor que sempre tiveram comigo, sendo verdadeiras fontes de inspiração para minha vida. Ainda à minha família, que é meu porto seguro e ao meu amado esposo, por todo companheirismo, amor e atenção.

Os discursos não se enunciam, a partir de um espaço obviamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem. O discurso regionalista não é emitido, a partir de uma região obviamente exterior a si, é na própria locução que esta região é encenada, produzida e pressuposta.

Durval Munis

RESUMO

A possibilidade do uso de novas fontes na produção historiográfica, com o advento da Escola dos Annales, promoveu favoravelmente a incorporação do uso das imagens como uma das formas de compreensão histórica. Entendendo a imagem como uma fonte a ser lida, carregada de interesses e intencionalidades e ocupando um amplo espaço, tanto na produção historiográfica quanto na representação do social, nos propomos, nesse trabalho, a fazermos uma leitura de algumas imagens associadas ao Nordeste brasileiro veiculadas pela mídia através da Revista Veja. Considerando a importância que a mídia exerce na construção social e o destaque dado a esta revista no contexto histórico, julgamos ser de grande relevância discutirmos de que maneira a imagem do Nordeste assim como do nordestino são apresentadas por este espaço de mediação. Nesse sentido, temos por objetivo analisar como a Revista Veja se apropria das imagens da seca no Nordeste e como a mesma vem colaborar para uma determinada representação sobre o imaginário nordestino. Para tanto, além de nos utilizarmos da própria revista como fonte de pesquisa, estabelecemos ainda, como suporte teórico, um diálogo com algumas discussões feitas por autores como Durval Muniz (1999) que faz uma discussão do Nordeste enquanto espaço construído histórica e imagético-discursivamente; Peter Burke (2004) que faz uma reflexão sobre a importância da fotografia para a produção histórica, desmistificando seu caráter de realidade; Marcos Napolitano (2006) que discute o uso das imagens como fonte histórica; Roger Chartier (1994) a partir do conceito de representação e apropriação das práticas sociais e Douglas Kellner (2001) que faz uma discussão sobre mídia e cultura.

Palavras-chaves: Seca no Nordeste, Representação, Imagem e Mídia.

ABSTRACT

The possibility of using new sources in historiographical production, with the advent of the Annales school, favorably promoted the incorporation of the use of images as one of the ways for historical understanding. Understanding the picture as a font to be read, full of interests and intentionality and occupying a large space, both in historiographical production and in representation of the social, we propose, in this work, to do a reading of some images associated with the Brazilian Northeast conveyed by media through the *Veja* magazine. Considering the importance that the media plays in social construction and the emphasis given to this magazine in the historical context, we did deem to be of great relevance to discuss how the Northeast image as well as the Northeastern population image are presented by this media coverage space. In this sense, we have as aim analyze how *Veja* magazine appropriates the images of drought in the Northeast and how it collaborate with a certain representation of the notional Northeast. Therefore, in addition to the use of the magazine itself as a source of research, also established, as theoretical support, a dialogue with some arguments made by authors as Durval Muniz (1999) who makes a discussion about Northeast as an area built historically and imagnetic-discursively; Peter Burke (2004), which reflects on the importance of photography to historical production, demystifying its character of reality; Marcos Napolitano (2006) which discusses the use of images as a historical source; Roger Chartier (1994) from the concept of representation and appropriation of social practices and Douglas Kellner (2001) that is a discussion of media and culture.

Keywords: Drought in the Northeast, Performance, Image and Media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Capa da Revista Veja	49
Figura 02- Imagem da cidade de Soledade na Revista Veja	56
Figura 03- O mapa: Onde estão os famintos na Revista Veja	59

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – História e fotografia: A inserção da imagem na produção historiográfica	16
1.1 A quebra do paradigma historiográfico e a abertura para o uso de novas fontes	16
1.2 Contextualizando a imagem fotográfica na História	21
1.3 A imagem fotográfica como fonte histórica	24
Capítulo II – Nordeste: Uma construção imagético-discursiva gestada historicamente	29
2.1 Desnaturalizando fronteiras	29
2.2 Nordeste: Articulação de um discurso político de cunho regionalista	31
Capítulo III – Representações da seca no Nordeste veiculadas pela Revista Veja	38
3.1 O poder da mídia e o seu impacto na construção do social	38
3.2 Contextualizando a Revista Veja no espaço midiático	41
3.3 Uma leitura da apropriação das imagens da seca no Nordeste pela Revista Veja	43
Considerações Finais	64
Referências Bibliográficas	66
Sites Consultados	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa que começou a ser desenvolvida em sala de aula, com base nas discussões feitas no componente curricular - História Regional e Local, acerca da emergência do Nordeste e sua construção a partir dos discursos regionalistas do séc. XIX. Tais discussões foram, em grande medida, alicerçadas nos estudos de Durval Muniz sobre a “Invenção do Nordeste”.

Tais debates foram fomentadores do interesse em realizar uma pesquisa acerca de como o Nordeste, assim como o nordestino, é representado no espaço midiático. Como o próprio título deste trabalho já sugere, faremos aqui um estudo a respeito de como a imagem do Nordeste brasileiro é apresentada pela mídia, e como a mesma associa esta imagem à seca.

O problema da seca se configurou, ao longo do tempo, como um traço marcante da região Nordeste, sendo este, na maioria das vezes, o conteúdo mais divulgado pela mídia no que se refere ao espaço nordestino. A recorrência desse tema no contexto midiático nos despertou interesse, e provocou a necessidade de uma reflexão acerca dessa questão.

Não se pode deixar de observar o poder de persuasão, assim como de “informação” e “manipulação de ideias” que a mídia exerce na sociedade atual. A mesma permeia e transita por vários setores do social, lançando mão de uma série de dispositivos. Desse modo, não poderíamos pensar que a região Nordeste ou, mais especificamente, a associação de sua imagem à seca estaria desvinculada da influência exercida pela mídia no contexto social.

Para viabilizar a pesquisa em questão, voltaremos nossa atenção para uma pequena parte desse espaço midiático. Com o intuito de subsidiar nossa pesquisa, recorreremos a uma revista de grande renome nacional - A Revista Veja. O motivo de termos escolhido esta revista está associado à representatividade da mesma no espaço midiático nacional e internacional.

Ao realizarmos uma averiguação nos arquivos da Revista Veja que datam do período 1968/1998, verificamos que, embora o foco das reportagens da revista não fosse, especificamente, os assuntos regionais, o Nordeste esteve presente em algumas de suas edições. Durante esta busca, nos inquietou o fato de que, nas matérias publicadas pela revista que dizem respeito ao Nordeste, o mesmo está sempre indissociavelmente ligado à imagem da seca. Dentre as edições que tratavam sobre o Nordeste, encontramos uma, em especial, cuja imagem de capa nos chamou atenção: a edição de número 1545, publicada em 06 de maio de 1998. Após um breve contato visual, percebemos que tínhamos em mãos um documento Histórico a ser analisado. Entendendo, enquanto historiadores, que as imagens contidas na reportagem sobre o Nordeste, em relação à seca, representavam um testemunho histórico, vimos tais imagens como fontes históricas a serem lidas, passíveis de análise.

Considerando a importância exercida pela mídia na construção social e a relevância da Revista Veja no contexto histórico, acreditamos ser de grande relevância discutirmos de que maneira a imagem do Nordeste, assim como a do nordestino, é veiculada e apresentada por esse espaço de midiatização. Desse modo, é importante se fazer os seguintes questionamentos: como essas imagens irão descrever e representar o Nordeste? Como irão colaborar para construção desse imaginário nordestino que conhecemos hoje e que se espalhou pelo país? E de que forma elas irão ajudar a produzir dizibilidades e visibilidades a respeito do mesmo?

Nesse sentido, temos por objetivo analisar como a Revista Veja se apropria das imagens da seca no Nordeste e colabora para a criação de uma determinada forma de representação sobre o imaginário nordestino. Além disso, procuramos identificar como a revista, enquanto veículo de comunicação, divulga e reforça determinados estereótipos do Nordeste e do homem nordestino, por meio da exposição de seus discursos imagéticos. Essa pesquisa é desenvolvida na tentativa de entender qual a participação da mídia na construção e na legitimação da região Nordeste enquanto espaço de miséria. Assim sendo, buscamos fazer uma reflexão do papel que a revista desempenha, enquanto espaço midiático, para a configuração e personificação das vítimas da seca no Nordeste.

Quanto ao aspecto metodológico, esse trabalho se sustenta em uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, na qual selecionamos algumas discussões feitas por

alguns autores, ao mesmo passo em que nos apropriamos, como fontes históricas, de algumas imagens da seca no Nordeste veiculadas pela Revista Veja. Para tanto, além de nos utilizarmos da própria revista como fonte de pesquisa, estabelecemos ainda, como suporte teórico, um diálogo com algumas discussões feitas por autores como Durval Muniz (1999), que faz uma discussão do Nordeste enquanto espaço construído histórica e imagético-discursivamente, abordando sua emergência a partir dos discursos regionalistas do séc. XIX e desconstruindo a ideia de um Nordeste entendido como um fenômeno espontâneo e natural; Peter Burke (2004), que faz uma reflexão sobre a importância da fotografia para a produção histórica, desmistificando seu caráter “fidedigno de realidade”; Marcos Napolitano (2006) que discute o uso das imagens como fonte histórica, como potencial testemunho de uma época; Roger Chartier (1994) que, a partir do conceito de representação e apropriação das práticas sociais, nos leva a pensar tais práticas como sendo resultado de uma dada forma de assimilação produção histórica e Douglas Kellner (2001) que faz uma discussão sobre o poder da mídia na produção cultural, entre outros.

Com o intuito de facilitar e dar suporte para uma melhor compreensão da análise que se seguirá, estruturamos o nosso trabalho em três capítulos:

O primeiro capítulo: **“História e fotografia: A inserção da imagem na produção historiográfica”** trata das mudanças que ocorreram na forma de se escrever a História, a partir da passagem do séc. XIX para o séc. XX, com o advento da Escola dos Annales, que visa romper com o método positivista de se produzir História. Com o surgimento da Escola dos Annales, a História passa a ser produzida de forma diferente: surgem novas possibilidades de se fazer e se pensar a História; novas propostas; novos métodos e, principalmente, o uso de novas fontes. Será a partir dessas novas aberturas para se produzir a História e, mais precisamente, através da história cultural que a imagem passará a ser compreendida como um do documento histórico. Nesse sentido, faremos uma breve discussão em torno da invenção da fotografia e de como as imagens irão contribuir para uma outra forma de se perceber e de se produzir a História.

O segundo capítulo: **“Nordeste: Uma construção imagético-discursiva gestada historicamente”**, terá uma abordagem voltada para a compreensão do conceito de região enquanto espaço construído historicamente. Esta compreensão norteará a discussão que se seguirá sobre a emergência do Nordeste enquanto espaço construído

histórica e imagético-discursivamente e sobre a importância dos discursos regionalistas do séc. XIX para a legitimação desse espaço, assim como para criação de uma determinada identidade nordestina.

O terceiro capítulo: “**Representações imagéticas do Nordeste veiculadas pela Revista Veja**”, será dedicado, no primeiro momento, a discutir a importância da mídia na construção do social e suas ressonâncias nas práticas sociais. No segundo momento, faremos uma breve contextualização da inserção da Revista Veja no espaço midiático. E, por fim, no terceiro momento deste capítulo, nos dedicaremos a analisar, com base nas discussões anteriores, algumas imagens associadas ao Nordeste. Mais precisamente, analisaremos imagens associadas à seca no nordeste veiculadas pela mídia através da Revista Veja, onde faremos uma descrição imagética e uma leitura interpretativa, de acordo os nossos objetivos nesse trabalho, nossos interesses, subjetividades e campo de saber.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E FOTOGRAFIA: A INSERÇÃO DA IMAGEM NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

1.1 A QUEBRA DO PARADIGMA HISTORIOGRÁFICO E A ABERTURA PARA O USO DE NOVAS FONTES

A História como conhecemos hoje nem sempre existiu. Ao longo do tempo, a História foi escrita de muitas formas, privilegiando determinados temas em detrimento de outros, estabelecendo o que deveria ou não lhe ser útil como objeto de estudo. Para iniciarmos a discussão sobre as mudanças no caminhar histórico, começaremos fazendo uso das palavras de Burke (1991), quando ele diz:

Se a história, como sempre pretendeu Febvre, era filha de seu tempo, não seria possível continuar a fazer esse tipo de história convencional que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia (...) momentos de (...) rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia. (p. 04).

Percebe-se, a partir dessa perspectiva, a necessidade e a intenção de investigar o fazer historiográfico, de torna-lo mais abrangente. Entretanto, essa caminhada historiográfica, permitindo a abertura para novos objetos históricos até a História cultural, não se fez sem rupturas, trocas ou alianças.

Durante muito tempo a História esteve sobre influência predominante da filosofia. Será a partir do século XIX, em meio a uma busca cada vez mais intensa

pelo desenvolvimento científico, que a História, em contato com as ciências sociais e com a pretensão de se tornar científica, começará a se desvincular da filosofia. “Para realizar essa mudança, a História abandonará o apoio ‘metafísico’ da filosofia e buscará o apoio ‘teórico das ciências sociais’.” (REIS, 2000, p.38)

Em meio a esse processo de desvinculação da História à filosofia, a Escola Metódica, dita positivista, é notadamente representativa: ela se constituirá como espaço pioneiro na difusão dessa “concepção científica da História”. O método positivista propunha um estudo da História tomando como base os moldes das ciências naturais. Dessa forma, acreditavam ser possível ao historiador chegar à verdade dos fatos, desvendar os acontecimentos do passado, recuperar os eventos históricos e escrever a História “como de fato ela aconteceu”.

Para os positivistas, a escrita da história com “base científica” tinha que se fundamentar unicamente nos documentos escritos oficiais; uma vez que por meio desses se encontrariam a verdade dos fatos, cabendo ao historiador a competência para reproduzi-los. Adquirindo assim, a História, um caráter narrativo.

Nessa perspectiva o historiador deveria se manter passivo, se manter neutro frente ao que estava posto pelo documento, sem a pretensão de problematizá-lo, julgá-lo ou criticá-lo. Assim, o mesmo deveria se distanciar ao máximo de seu objeto de estudo, não permitindo que nem suas subjetividades, nem o presente compromettesse a objetividade que se desejava obter. Entendendo, pois, que os documentos traziam consigo a veracidade indubitável dos fatos, caberia então ao historiador não questioná-los, mas simplesmente narrá-los de forma organizada, cronológica e sem qualquer reflexão teórica, entendendo-a como prejudicial para a produção da “cientificidade da História”. Partindo do princípio de que:

Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir a sua verdade objetiva isto é, eles deverão aparecer “tais como são”. [...] Para obter esse resultado, o historiador deve se manter isento, imparcial, emocionalmente frio e não se deixar condicionar pelo seu ambiente sócio-político-cultural. (REIS, 1996, p.13)

Essa visão Histórica privilegia em suas narrativas os eventos políticos, diplomáticos, religiosos, as Histórias dos “grandes homens” e seus grandes feitos, as Histórias dos Reis, Rainhas e heróis, dando ênfase às datas e aos nomes de personagens considerados importantes para a História.

Essa linha de pensamento se orienta por um tempo cronológico, linear e progressivo, e tem como pressuposto o conhecimento do passado. Segundo essa concepção o homem no contexto histórico se apresenta como coisa pronta e acabada, sendo o mesmo resultado de condições objetivas, e por isso passível de ser conhecido pelo método das ciências naturais.

Pra eles, o mundo humano está tão submetido a leis, é tão determinado e, em consequência, tão cognoscível empiricamente, quanto o mundo da natureza. É como se a consciência não produzisse sentido e significação autônomas e estivesse determinada mecanicamente pelas condições objetivas. O homem social é tratado como “coisa”, ou seja, do exterior, distanciadamente, e como algo resistente, endurecido, repetitivo, fixo. Nessas condições ele é transformado em “objeto natural”. (REIS, 2000, p.42)

De acordo com o pensamento de José Carlos Reis: “A ‘História metódica’ dita positivista, era ainda uma filosofia da história dissimulada.” (2000, p.38), de modo que, embora os positivistas tenham tentado tornar a História científica, parecem não ter conseguido se desvencilhar totalmente da filosofia.

Será então contra essa História “científica”, porém com os pés fincados ainda na filosofia que a História dos Annales virá se opor, tendo em vista que o método positivista com suas narrativas não satisfaziam mais, não mais respondiam a complexidade dos acontecimentos Históricos e as problemáticas sociais trazidas por cada época.

Na passagem do século XIX para o século XX a História começa a passar por uma série de transformações no que se refere à sua produção. Ela passa a receber de forma mais intensa a influência das ciências sociais, e começa a dialogar com as mesmas. Esse diálogo começa a ser elaborado a partir de um debate intelectual entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores na Universidade de Estrasburgo em Paris, com o intuito de aproximar a História das ciências sociais e promover um novo olhar sobre a mesma, de forma renovada e atualizada.

Esse debate se materializou criando a revista de História “*Annales d’Histoire Economique et sociale*”, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, se expandindo e fazendo surgir a Escola dos Annales, que dará origem a uma “nova História”.

Essa adoção do ponto de vista das ciências sociais levará a uma luta, a um combate, entre os historiadores novos e os tradicionais, estes ainda controlando todas as instituições de ensino, pesquisa, edição e administração da História, na França. Essa influência das ciências sociais fez com que a História rompesse com uma longa tradição e se renovasse completamente. Renovar-se completamente não significa negar tudo que se fazia antes, mas submeter o que se fazia antes a um novo olhar a novos problemas, novos instrumentos, a novos fins. (REIS, 2000, p.66)

Com o surgimento da Escola dos Annales, a História passa a ser produzida de forma diferente. Surgem novas possibilidades de se fazer História, com novas propostas e novos métodos, assim como a necessidade de perguntas, questionamentos e problematizações a cerca do objeto tomado para estudo.

Essa nova História vai romper com o pensamento tradicional positivista em busca de uma renovação no campo da produção historiográfica, tendo por objetivo expandir o território da História. Para isso ser possível, usará a seu favor a interdisciplinaridade mantida com as ciências sociais, tendo em vista que as mesmas tinham um objeto em comum: “o homem social”; de modo que, “para a análise desse objeto que lhes é comum, História e ciências sociais ‘trocarão serviços’: conceitos, técnicas, dados, problemas, hipóteses”. (REIS, 2000, p.81).

A necessidade de uma História mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos de poder, ou de maneiras de pensar e agir dos poderosos do momento. [...] Abre-se, em consequência, o leque de possibilidades do fazer historiográfico, da mesma maneira que se impõe a esse fazer a necessidade de ir buscar junto a outras ciências do homem os conceitos e os instrumentos que permitiriam ao historiador ampliar sua visão do homem. (BURKE, 1991, p.04)

A Escola dos Annales vai promover um deslocamento de sentidos no que se refere à postura do historiador na produção historiográfica, e como os fatos, assim como

as fontes, passarão a ser entendidos. Ao contrário da proposta de História adotada pelos positivistas, a Nouvelle histoire propunha uma “História- problema”, partindo do princípio de que não existe produção histórica se não existir um problema, ou seja, se não existir a problematização dos fatos, de modo que a mesma se recusa a dar continuidade ao caráter narrativo da História tradicional.

Essa História admite a impossibilidade de resgatar o passado fidedignamente de forma objetiva por meio dos documentos históricos “tal como se passou”. Nessa perspectiva o fato histórico deixa de ser visto como algo natural e passa a ser visto como uma construção da qual o historiador é parte fundamental.

Se antes o historiador era proibido de aparecer na pesquisa, agora ele não deve, não precisa e nem pretende se anular em nome da objetividade para obter a “verdade dos fatos”; isso porque essa inovação reconhece o papel que a subjetividade desempenha na construção histórica. O historiador mudou de posição, assim como se mudaram as formas de ver os fatos e tratar as fontes. Esse novo historiador “escolhe, seleciona, interroga, conceitua, analisa, sintetiza, conclui. Ele reconhece que não há História sem teoria”. (REIS, 2000, p.74).

[...] não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Ao contrário do que acreditavam os positivistas, os fatos não falam por si só. Os fatos, apenas falam quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que devem vir a cena, assim como em que ordem e contexto. (TOMAZ, p.05)

Essa construção teórica se desenvolverá por meio da pesquisa que dará agora legitimidade à produção histórica. A História não é mais resultado de uma narração objetivista com um fim já antecipadamente conhecido.

Isso, em princípio, negava ao processo de construção do conhecimento sobre o mundo a aventura da descoberta. As respostas já estavam lá, pelas lógicas de explicação estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado. As hipóteses tornavam-se inócuas, porque de antemão as explicações já estavam dadas e sabidas, inviabilizando, dessa forma, a pertinência da pergunta. (PESAVENTO, 2003, p.09)

Essa abertura na Historiografia fará vir à luz várias temáticas até então esquecidas ou menosprezadas pela História tradicional. Temas antes impensáveis passam a ser estudados e vistos por uma outra óptica e a fazer parte do universo do historiador. “Os heróis e seus grandes feitos, as grandes batalhas cedem seus lugares aos mais diversos estudos: ao sentimento de infância, à beleza, à sexualidade, às relações de gênero, ao medo”. (CIPRIANO, 2011, p.215). O historiador agora não precisa e nem deve mais se limitar apenas aos aspectos políticos, ou religiosos da História, tendo em vista uma gama de estudos que agora se fazem possíveis.

É também com a Escola dos Annales que o conceito de fonte histórica é alargado, contribuindo com a pesquisa histórica e ampliando o olhar do historiador. As fontes documentais perdem seu status de verdade absoluta, possibilitando à História livrar-se da tirania do documento escrito, dando lugar a inimagináveis possibilidades de fontes que até então teriam sido negligenciadas pela História.

Os historiadores dos Annales não negam que os documentos escritos sejam, sem dúvida, de grande valia para a produção Histórica. Entretanto tal produção não pode estar única e exclusivamente atrelada a tais documentos. Para eles a História não só pode como deve se fazer com ou sem o uso dos documentos escritos, podendo assim ser produzida a partir de todos os documentos que sirvam como vestígios da passagem do homem na terra; a exemplo de um quadro, de uma vestimenta, de uma carta de amor, um poema, um filme, uma música, de materiais arqueológicos e até mesmo estatísticos. Sendo assim, o historiador não deve se conformar diante da possibilidade de algumas lacunas deixadas pelos documentos escritos, devendo ao invés disso preenchê-las com todas as fontes que lhes são disponíveis; sejam elas materiais ou imateriais: escritas, visuais, orais, etc.

1.2 CONTEXTUALIZANDO A IMAGEM FOTOGRÁFICA NA HISTÓRIA

Será então em meio a esse mundo de possibilidades documentais que podem ser agora utilizadas na produção historiográfica que as imagens, sobretudo as fotografias adquirem status documental.

Para que possamos compreender a fotografia como fonte histórica é importante entendermos a partir de que momento a mesma começa a ocupar esse lugar dentro da História.

A fotografia é uma invenção desenvolvida pelo pintor francês Louis Jacques Mandé Daguerre no início do ano de 1839 em Paris. Ela nasce em um século onde a modernização, a mecanização e o novo são sempre louvados, tendo-se em vista o crescente desenvolvimento da industrialização e os avanços da ciência.

O invento capaz de captar a imagem em instantes recebe o nome de daguerreótipo, sendo a imagem no início formada por uma fina camada de prata polida e aplicada a uma placa de cobre. É a partir desse instrumento que se consegue fixar as primeiras imagens do “real”. “O daguerreótipo rapidamente se tornaria um sucesso, pois proporcionava uma representação “fidedigna” da realidade”. (KOUTSOUKOS, 2010, p.24)

Segundo Koutsoukos, “(...) o daguerreótipo introduzira um novo modo de representação, a imagem mecânica” (2010, p.33). Em pouco tempo essa tal invenção, que ainda não imaginávamos que iria mudar a forma como víamos e entendíamos a História, se espalhou de Paris para Europa e depois para o resto do mundo, e logo começaram a explorar suas possibilidades, principalmente suas possibilidades comerciais.

Surgem a partir de então os profissionais fotográficos, que procuravam lucrar com essa nova invenção, fotografando ambulante ou montando ateliês fotográficos, colocando anúncios em jornais com seus endereços e suas habilidades com as novas técnicas.

Os resultados iniciais da técnica do daguerreótipo foram, por algum tempo, insatisfatórias, tendo-se em vista que as imagens saíam em preto e branco e que os clientes tinham que passar aproximadamente vinte minutos imóveis e expostos à luz do sol, além de seu alto custo. Mesmo assim, o ato de ser fotografado gerava curiosidade e aguçava a vontade das pessoas. No entanto, nesse momento isso era visto como uma representação de status, sendo ainda um privilégio restrito à nobreza e aos comerciantes ricos.

Entretanto, graças a pesquisas e experimentos vários, feitos por profissionais da área, o aperfeiçoamento da técnica fotográfica desenvolvia-se rapidamente, todos buscando o aprimoramento da técnica com o intuito de tornar a imagem mais nítida, e o trabalho mais rápido e mais barato. Para isso:

Novas máquinas, novos processos químicos, diversas experiências surgiram. Com a dedicação incansável dos novos profissionais, o tempo de pose diminuía continuamente; do início até meados da década de 1840 chegaria a 60 segundos, contra os alegados 20 minutos (sob o sol) quando dos primeiros experimentos de 1839. Os custos diminuía, a demanda de retratos em forma de daguerreótipo aumentava e os novos estúdios iam sendo abertos nas diversas cidades. (KOUTSOUKOS, 2010, p.29)

De acordo com Koutsoukos, a fotografia passou a se popularizar de fato a partir de 1850, com a invenção da impressão da imagem no papel, e quando se criou o negativo que possibilitava ter diversas cópias de uma mesma fotografia. Essas invenções promoveram o barateamento e possibilitaram a multiplicação das imagens.

Com esses avanços, rapidamente se identificou na fotografia a capacidade de atender às mais diferentes demandas sociais. A fotografia começa a ganhar espaço social, as pessoas começam a ter maior intimidade com a imagem instantânea e começa a se criar o hábito de retratar a si e aos familiares, coisa que antes era um privilégio de poucos.

[...] em pouco tempo, pessoas dos grupos sociais menos favorecidos também se viram em condições de “construir” a sua autorrepresentação, de poder ser retratadas em papel, da forma como queriam ser vistas e lembradas. Era a “democratização” da autoimagem. (KOUTSOUKOS, 2010, p.36)

A partir desse momento, a fotografia começa a fazer parte também da vida e do cotidiano das pessoas comuns. Ela registra momentos únicos de família, passa a substituir ausências, documentam mudanças ao passar do tempo, marcam os ritos de passagem, ela passa a constituir narrativas e contar histórias (assim como fazer História).

A escrita de Lima e Carvalho (2009) a esse respeito acrescenta que mais do que constituir narrativas, a fotografia muda a percepção do mundo; ela o amplia, cria a

possibilidade de acesso virtual, permite o acesso ao outro, ao que antes era inacessível, ela democratiza a informação.

No decorrer do século XX o aprimoramento da técnica fotográfica se dá de forma mais intensa e precisa. As fotografias ultrapassam o lugar doméstico, e se espalharam por outras esferas do social, instrumentalizando de forma documental distintas áreas de investigação científica, a exemplo da medicina, do fotojornalismo, da polícia e inclusive da sociologia e da Antropologia. Nessas esferas, a fotografia era tida como uma fonte altamente confiável.

O mercado fotográfico amplia-se cada vez mais e passa a se especializar também em determinados campos da fotografia. É a partir daí que surge a prática fotográfica de caráter documentarista voltada para os meios de comunicação impressa, especialmente as revistas ilustradas. Muitos fotógrafos de vários países aderiram a essa prática, passando a produzir uma História do fotojornalismo e da fotografia autoral, com a pretensão de eternizar certas imagens que julgavam importantes e criar ícones.

1.3 A IMAGEM FOTOGRÁFICA COMO FONTE HISTÓRICA

Como podemos observar, a fotografia difundiu-se de forma ampla na sociedade contemporânea se fazendo presente e de grande importância, tanto na esfera pública quanto na privada. Toda essa difusão fez nascer uma abundância de arquivos dos mais variados tipos, tendo em vista a tamanha diversidade de usos que a fotografia passou a atender. Assim, utilizar as fontes fotográficas para a pesquisa histórica seria o mesmo que mergulhar em um manancial de conhecimento e possibilidades interpretativas.

Todo esse processo de difusão da imagem fotográfica não poderia passar então despercebido pela História, sendo ele próprio histórico. No entanto, como sabemos, no campo da historiografia, os documentos escritos e oficiais eram as fontes privilegiadas; nesse caso, as imagens, mesmo as fotográficas, ficavam em segundo plano.

Geralmente, quando usadas, as fotografias eram meramente ilustrativas; servindo apenas como documento complementar para a construção de narrativas

descritivas de cunho positivista, com pretensão de formar e garantir uma identidade nacional e vinculadas a interesses de grupos políticos e econômicos.

Será com o surgimento da Escola dos Annales, sobretudo a partir da História cultural, que as imagens fotográficas passarão a ser vistas como fontes históricas, perdendo seu caráter meramente ilustrativo e passando a compor o processo de produção historiográfica. Ao assumir esse lugar, a fotografia perde a condição que lhe foi atribuída até então, de “imagem fidedigna do real” e passa a ser problematizada e questionada como documento histórico.

Os historiadores que partilham dessa linha de pensamento partem do princípio de que as fontes, sejam elas quais forem, não trazem em si a verdade irrefutável dos acontecimentos; portanto, é imprescindível que se faça uma crítica das fontes, para que as mesmas não venham apenas confirmar o que está posto, mais sim abrir outras possibilidades de reflexão acerca do acontecimento.

Nesse sentido as fotografias podem ser consideradas de grande valia para produção e compreensão histórica, se soubermos como interroga-las. Tendo-se em vista que as imagens, a exemplo das fotografias, são testemunhas dos arranjos sociais, daquilo que não se pôde ou não se quis colocar em palavras, a partir delas o historiador pode tentar entender como os homens se representam; seu cotidiano, seu contexto social e político, seus possíveis valores, comportamentos, costumes, vestimentas e tradições sociais em uma dada época.

A fotografia transforma em cena o que vivemos. A eficácia social da foto é tanta que passamos a conduzir nossas vidas na lembrança da representação, como se fôssemos legitimados pelo registro do acontecimento. O ato de fotografar é obrigatório nos casamentos, batizados, comemorações e viagens; guardamos a foto da namorada na carteira; os estados civis são conservados em álbuns de família. Portanto, a fotografia sublinha a importância do acontecimento: tudo que é importante deve ser fotografado. Deixamos de viver; posamos. (NEIVA JR, 1986, p. 64)

De acordo com Peter Burke, “(...) é possível que nosso senso de conhecimento histórico tenha sido transformado pela fotografia” (2004, p.26), tendo a mesma se tornado uma ferramenta inestimável para a História. Por se constituir como uma contribuição poderosa às pesquisas históricas, seria, segundo Burke, o que o crítico

Roland Barthes chamou de, o “efeito da realidade”, que consiste em interpretar a realidade de uma época, ou um determinado acontecimento histórico por meio das marcas, traços e gestos que cada fotografia traz em si.

Assim, a imagem tem para o historiador, sem dúvida, um valor documental, de época, mas não tomado no seu sentido mimético, o que importa é ver como os homens se representavam, a si próprios e ao mundo, e quais os valores e conceitos que experimentavam e que queriam passar, de maneira direta ou subliminar, como que se atinge a dimensão simbólica da representação. (PESAVENTO, 2003, p.50)

Entretanto, para que esses documentos nos digam algo sobre uma determinada época ou acontecimento histórico precisam ser contextualizados. E isso nem sempre é fácil, uma vez que a identidade dos fotógrafos, assim como a dos fotografados, é muitas vezes desconhecida. Além disso, existem interesses diversos por traz da construção de uma fotografia, tanto por parte de quem fotografa quanto por parte de quem é fotografado, levando-se em consideração as subjetividades de cada um, e as interferências tanto de um quanto do outro na composição do cenário fotográfico, bem como na composição das posturas corporais e expressões faciais.

Desse modo, o historiador não deve cair na armadilha de ver as fotografias como reflexos puros da realidade, pois de acordo com os interesses existentes em cada época, cada momento histórico ou interesses individuais, um determinado ideal de representação pode ser forjado. Isso vai ser, segundo Burke (2004), o que o sociólogo Erving Goffman descreve como “representação do eu”, quando, por exemplo, um modelo, ao posar para ser fotografado, ou mesmo para ser pintado, tenta expressar o seu melhor comportamento, no sentido de elaborar gestos que sejam mais elegantes do que os gestos habituais. Assim, cria-se um processo no qual o fotógrafo e o modelo a ser fotografado geralmente se fazem cúmplices dessa “realidade”.

A partir do momento em que me sinto olhado pela objetiva, tudo muda; ponho-me a ‘posar’, fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem. Esta transformação é ativa: sinto que a fotografia cria meu corpo ou o mortifica, ao seu bel prazer. (BARTHES, 1964, p.22)

Para uma melhor compreensão da imagem, não se pode deixar de lado os acessórios e objetos postos juntos aos modelos, pois eles também compõem o cenário, servindo geralmente para reforçar uma pretensa autorrepresentação, forjando uma determinada identidade. Ao analisar a imagem o historiador precisa está atento, percebendo os códigos sociais e as várias formas de representação presentes na mesma. Marcos Napolitano (2006), a esse respeito nos chama atenção para o fato de que:

Todo documento, incluindo os documentos de natureza audiovisual, deve ser analisado a partir de uma crítica sistemática que dê conta de seu estabelecimento como fonte histórica (data, autoria, condições de elaboração, coerência histórica do seu “testemunho”) e do seu conteúdo (potencial informativo sobre um evento ou um processo histórico). Com a crescente sofisticação da crítica documental, novas técnicas linguísticas e novas técnicas quantitativas e seriais permitem não apenas a ampliação do potencial informativo das fontes históricas, mas a própria ampliação da tipologia das fontes. (p. 266)

Feitas essas colocações, que a princípio podem nos levar a crer que: as imagens, e mais necessariamente as fotografias não poderiam ou não deveriam ser utilizadas como evidências históricas, tendo em vista o seu poder de representação e também de manipulação da realidade, Burke nos propõe a pensar que:

A arte da representação é quase sempre menos realista do que parece e distorce a realidade social mais do que refleti-la [...] Entretanto [...] o processo de distorção é, ele próprio, evidência de fenômenos que muitos historiadores desejam estudar, tais como mentalidades, ideologias, e identidades. A imagem material ou literal é uma boa evidência da “imagem” mental ou metafórica do eu ou dos outros. (BURKE, 2004, p.37)

Partindo desse pensamento, podemos entender as imagens fotográficas como sendo potenciais ferramentas de trabalho para os historiadores, sobretudo por fornecerem uma série de evidências para que se possa analisar os aspectos da realidade social, a exemplo da distorção, que pode ainda deixar de ser entendida de forma negativa, e passar a ser entendida como a possibilidade de pontos de vistas diferentes em relação a uma mesma época ou evento histórico.

É importante pensarmos que: mesmo as imagens não sendo “fontes confiáveis” a ponto de se apresentarem como espelho da “realidade” e reflexos da “verdade”, ainda sim, são elas interessante e valiosas ao historiador, pois quando se aponta uma câmera para um determinado lugar, pessoa ou objeto, constrói-se um significado, se faz uma escolha, seleciona-se uma temática e conta-se uma História.

CAPÍTULO II

NORDESTE: UMA CONSTRUÇÃO IMAGÉTICO-DISCURSIVA GESTADA HISTÓRICAMENTE

2.1 DESNATURALIZANDO FRONTEIRAS

Durante muito tempo fomos levados a pensar a região, em particular a região Nordeste, como um fenômeno espontâneo e natural comandado pelo determinismo geográfico, não só no que se refere ao espaço territorial, mas também na forma como se apresenta o comportamento humano. No entanto, esta região nem sempre existiu, e em especial, da forma como a conhecemos hoje.

Segundo Albuquerque Jr (2007), o Nordeste só vai se fazer presente na História do país a partir do início do século XX, diferentemente do que nos fez (e ainda faz) crer a produção artística, literária e acadêmica contemporânea, que nos condicionou a ver e pensar a região Nordeste através de antigas configurações.

Até fins do século XIX, a divisão regional do Brasil se fazia apenas entre o Norte e o Sul. O Norte abrangia todo território acima de Minas Gerais, e o Sul abarcava todo território que ficava abaixo da Bahia. Entretanto, ao final desse século, o Norte do Brasil foi, por meio de interesses político-nacionais, redefinido. Fazendo emergir por meio dos discursos regionalistas, ao final da primeira década do século XX, a região Nordeste como uma identidade espacial e, conseqüentemente, como uma identidade regional.

Essa redefinição não se dá de forma tranquila, ou acontece de forma natural, como se, por obra única e exclusiva da natureza, as fronteiras regionais começassem a

se deslocar, dando origem à região Nordeste. Não podemos pensar essas redefinições regionais “(...) como se o Estado não intervisse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos”, como bem nos alerta Bourdieu (2006, p. 108).

Para entendermos como a região Nordeste vai emergir histórica e territorialmente a partir do início do século XX, é importante pensarmos de antemão que a região, longe de existir em si mesma; de ser uma obra única e exclusiva da natureza; de ser autoevidente; ela é, ao invés disso, objeto de debates, embates e combates entre os cientistas sociais; a exemplo dos geógrafos, sociólogos, historiadores, economistas, entre outros, que disputam o monopólio da “definição legítima” em relação à mesma. Desse modo, não podemos pensar o espaço como sendo um mosaico de regiões pré-existentes e determinadas. Partindo desse pensamento, podemos então entender que:

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.66)

Dessa forma, a noção de região não pode estar desvinculada da história, sendo a mesma um produto construído historicamente, num determinado espaço-tempo, por atores históricos com interesses e intencionalidades diversas. A região é, pois, o resultado dos discursos que a constituí, das práticas discursivas e não discursivas impregnadas de simbologias e significados, como observa Bourdieu (2006). E que constroem visibilidades e dizibilidades sobre a mesma, como nos faz refletir Albuquerque Jr (1999). De modo que:

Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações naturais em regiões naturais, separadas por fronteiras naturais. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão [...] A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. (BOURDIEU, 2006, p. 114-115)

Nessa perspectiva, entender a região não é apenas percebê-la como delimitação de um espaço físico; como uma criação de fronteira ilusória, mas também refletir como e de que forma esta, juntamente com sua economia e cultura, se constitui e é resultante de um processo que pode se dizer não harmônico, marcado por jogos de poder, por lutas e interesses vários.

Seguindo ainda esse mesmo raciocínio, porém partindo agora de uma perspectiva geográfica, Sandra Lencione (1999) nos leva a entender que: a “(...) região assumi frequentemente, um caráter ideológico, na medida em que serve de referência para a construção de mistificações geográficas, tornando-se por isso, um instrumento de manipulação política” (p. 187). Com isso podemos perceber que não se concebe mais, inclusive para a geografia, a ideia de a região ser pensada e identificada a partir apenas do seu clima, relevo ou seus fenômenos naturais, tendo em vista todo o arcabouço intelectual envolvido em sua elaboração.

2.2 NORDESTE: ARTICULAÇÃO DE UM DISCURSO POLÍTICO DE CUNHO REGIONALISTA

Entendendo, pois, que a região nada mais é do que o produto de uma construção histórica e social, é importante que se façam algumas colocações a respeito do então Nordeste. Esta designação, que passou a nomear uma área específica do país tem uma história particular, que só vai começar a se desenrolar no final do século XIX para início do século XX.

Para que esta “unidade” que conhecemos como Nordeste se constituísse de forma significativa diante de nossos olhos, foi necessário o investimento de inúmeros discursos e práticas, digamos, nordestinizantes. De acordo com Albuquerque Jr (1999), o Nordeste, enquanto identidade regional tem sua origem nos discursos regionalistas. Estes discursos subsidiarão a construção da “identidade nordestina” ao mesmo tempo em que serão uma reivindicação do olhar da nação para a região.

Para Albuquerque Jr, o Nordeste surge como uma reação às estratégias de nacionalização. Isso porque o Brasil pretendia nesse momento se constituir como unidade nacional, tendo como objetivo a criação de uma identidade nacional que

representasse o perfil da nação brasileira. No entanto esse dispositivo de nacionalização, de criação identitária, se desenvolve de forma homogeneizante e excludente, privilegiando uma região (o sul) em detrimento de outra (o Norte), assim como um determinado grupo em detrimento de outro, gerando, desse modo, o descontentamento de uns e a satisfação de outros.

Os discursos regionalistas que irão constituir o Nordeste, vão ser resultado da insatisfação e indignação por parte das elites agrárias tradicionais do Norte, que viam seus lucros cair desde que seus principais produtos de exportação: o açúcar e o algodão começaram a perder espaço no mercado internacional. Segundo Albuquerque Jr (2007), essa baixa nos lucros das elites nortistas devia-se à importância crescente da produção cafeeira (no sul) para a economia do país, de modo que essa região passara a ganhar mais atenção na conjuntura política atual do mesmo, tendo por isso uma crescente influência política junto à corte, por conta de sua importância comercial.

O Sul, visto como locus de desenvolvimento será um espaço de representação no que se refere à política de nacionalização do país. Isso por que, além de se tornar um polo comercial por conta da produção cafeeira, o mesmo será também visto como um ideal de civilização que servirá de inspiração para a criação do modelo de identidade nacional. Devendo-se isso ao seu branqueamento populacional que acontece graças à entrada de imigrantes estrangeiros no país e as novas práticas trabalhistas que começavam a ser instituídas.

Desse modo, o regionalismo nortista, que era então o germen do que viria a ser o regionalismo nordestino, nasce do crescente descontentamento das elites agrárias dessa região por conta da pouca atenção e do descaso por parte da União, no que se refere à crise econômica vivenciada por este espaço.

Será a partir dessa sensação de exclusão político-social em relação à atual conjuntura da política brasileira que privilegia o Sul, que o Norte, considerado atrasado pela elite dominante, e não mais responsável pela produção de capital do país, começa, paulatinamente, a articular um discurso político de cunho regionalista, chamando a atenção da nação, mais necessariamente de quem controla o Estado, para suas dificuldades econômicas, seu atraso e seus malefícios.

A reivindicação regionalista, por muito longínqua que pareça deste nacionalismo sem território, é também uma resposta à estigmatização que produz o território de que, aparentemente, ela é produto. E de fato, se a região não existisse como espaço estigmatizado, como província definida pela distancia econômica e social e não geográfica em relação ao centro, quer dizer, pela privação do capital material e simbólico que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência: é porque existe como unidade negativamente definida pela dominação simbólica e econômica que alguns que nela participam podem ser levados a lutar... (BOURDIEU, 2006, p. 126)

Esse discurso regionalista tem por objetivo acentuar a desigualdade e indiferença enfrentadas pelo Norte (visto como bárbaro, e incivilizado) diante do Sul (visto como civilizado e desenvolvido). As várias queixas que compõem esse discurso são de caráter ideológico, intencionadas e direcionadas ao poder central. Tal discurso “joga sobre o governo imperial a culpa pelos atropelos que sofre a agricultura das províncias.” (SIQUEIRA, 2000, p.08). Denunciando assim, sua negligencia com a região e a falta de recursos pela qual a mesma sofre.

Dessa forma, será a partir do discurso de denuncia que se constituirão as tramas e tessituras formadoras do Nordeste. Vale ressaltar, como bem nos chama atenção Albuquerque Jr (1999), que, ao contrário do que podemos ser levados a pensar, esses discursos que irão criar “a identidade nordestina” que conhecemos, não vieram de outras regiões do país. Essa identidade começa a ser forjada pelo próprio discurso regionalista do Norte e ganhará legitimidade já com o então Nordeste.

Não podemos então falar da criação “dessa identidade nordestina” arquitetada por meio dos discursos regionalistas, sem falarmos de um fenômeno que marcará a construção dessa identidade; fenômeno que ficou conhecido como a grande seca de 1877-1879.

Este fenômeno que, do ponto de vista climático ou natural, nada teve de diferente dos episódios anteriores, já que as estiagens eram um fenômeno do qual se tinha relatos desde o período colonial, terá repercussões políticas e será objeto de uma mobilização por parte das elites deste espaço como nunca antes ocorrera. Enquanto a seca matava apenas animais, escravos e homens pobres, ela nunca tinha sido considerada um grande problema, nunca havia despertado tanta atenção, seja nos discursos parlamentares, nos documentos oficiais, seja na imprensa. Mas esta seca ocorre num momento de crise econômica e de declínio político dos grupos dominantes desta área do país. Ela, pela primeira vez, atinge com intensidade setores médios dos proprietários de terras, com a falência de alguns, a morte ou a necessidade de migração para outros. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 91)

Essa estiagem, ou seca como ficou conhecida, nada mais foi e até os dias atuais continua sendo, do que, a falta de chuva na região, um fenômeno de ordem natural. No entanto este não deve ser visto como único fator limitador para região e nem apenas como um efeito de ordem puramente climática, mas como um problema de ordem social e econômico de grandes proporções, como bem chama atenção Albuquerque Jr.

Como podemos observar, não é de hoje que a seca no Nordeste é assunto de debates intensos, porém quase sempre repetitivos. Tais debates que deveriam se esforçar no sentido de buscar possíveis soluções para os efeitos da estiagem parecem apenas reforçar um discurso naturalista, determinista e hegemônico, aparentando não ter de fato a intenção de solucionar a questão.

A seca de 1877-1879 se constitui em um marco na história do Nordeste por ser identificada como um fato de grande importância para a elaboração do discurso regionalista do Norte. Isso por que, na tentativa de construção de uma visibilidade para região, as elites locais irão se apropriar desse fenômeno para poder criar o discurso da seca. Construindo a partir desse discurso uma série de narrativas que irão ser responsáveis por fundamentar a identidade dessa região que marcará profundamente, também a identidade nordestina. Tais narrativas serão apropriadas para compor um imaginário regional única e exclusivamente de degradação, pobreza, flagelamento, fome, morte e inospitalidade. Criando assim uma região de retirantes e propícia ao banditismo, de modo que a mesma passará a ganhar atenção e ser reconhecida pelo cenário nacional a partir desse imaginário, como espaço de abandono e miséria. Será, pois, a engenhosidade dessas narrativas que darão origem e farão florescer esse imaginário nordestino que temos até os dias atuais.

Essas narrativas criadas a partir de um discurso de apropriação de um fenômeno em prol de interesses particulares foram, ao longo do tempo, se tornando a principal arma lucrativa das elites políticas do Norte. Uma vez que, essas elites tornaram o problema da seca um argumento poderoso na hora de pedir recursos ao governo nacional, alegando ser para socorrer as vítimas do flagelo e investir na região, contra os rastros de pobreza e penúria deixados pela falta de chuvas.

É a seca que chama atenção dos veículos de comunicação, especialmente dos jornais do Sul do país, para a existência do Norte e de seus “problemas”. Ela é,

sem dúvida, o primeiro traço definidor do Norte e o que o diferencia do Sul, notadamente, num momento em que o meio é considerado, ao lado da raça, como fatores determinantes da organização social. [...] As primeiras imagens do Norte para a maioria dos sulistas eram aquelas trazidas pelos jornais sobre seu “flagelo” e suas vítimas. Eram por meio de espetáculos, jogos, festas para arrecadar fundos para as vítimas do flagelo, que os sulistas ouviam falar dos seus irmãos do Norte. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 68)

Embora o termo Nordeste ainda não se fizesse presente, será a partir desse momento que o mesmo começará a ser forjado, ao mesmo tempo em que se engendrará um modelo de nordestinidade.

O regionalismo nortista desenvolverá um arsenal discursivo alicerçado no problema da seca, no sentido de particularizar e caracterizar a região, com o intuito de produzir uma “identidade regional legítima”, que, por sua vez, não se enquadrará na proposta uniformizadora de identidade nacional, levando-se em consideração que a base dessa construção identitária regional vai estar estigmatizadamente vinculada à seca e aos seus efeitos. Portanto, fugindo aos padrões de identidade desejados para nação. Interpelando assim o ideal de nacionalidade que se propunha criar nesse momento para o Brasil.

O processo de homogeneização, longe de significar aniquilamento da região, significa fragmentação e também diferenciação regional. Tanto é que os movimentos regionalistas emergem com força política no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo espaço. O movimento regionalista nega o nacional, podendo se fechar em sua particularidade, e se coloca com um sentido totalmente inverso de outrora, quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentimento de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista. (LENCIONI, 1999, p.199)

De acordo com Albuquerque Jr (2007) a ideia de Nordeste vai de fato emergir quando os Partidos Republicanos paulista e mineiro, por não chegarem a um acordo para a sucessão presidencial, resolvem escolher um representante de um Estado pequeno do Norte, pensando ser mais fácil de controlá-lo e manipulá-lo, decidindo então optar por Epiácio Pessoa. No entanto diferentemente do que acreditavam os paulistas e mineiros, a escolha de um nordestino na figura de Epiácio, que ocupa o poder em 1919, tornou possível a idealização e realização de um conjunto de obras contra as secas, que

significava a transferência de uma volumosa contribuição financeira para o Norte do país.

Para a realização desse conjunto de obras, o governo Epitácio Pessoa vai se apropriar da reformulação sofrida pela Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), sendo essa uma instituição criada em 1909, uma das primeiras vitórias dos discursos nortistas entoando o problema da seca. Em 1919 esta instituição será então transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), levando-se em consideração a gravidade do problema e os apelos regionais direcionados ao mesmo.

Segundo Albuquerque Jr (1999), será no documento de criação dessa inspetoria que a designação Nordeste vai aparecer pela primeira vez, servindo como referência geográfica para delimitação das áreas de ocorrências de secas no Norte, e por esse motivo merecedora de especial atenção por parte do governo federal.

As políticas elitistas do Norte com seus discursos, juntamente com o amparo do governo de Epitácio Pessoa e o apoio da Inspetoria federal fizeram emergir o Nordeste. O termo começará a se propagar adquirindo uma série de contornos sociais que irão, ao longo do tempo, lhe conferindo status de região. Serão então produzidos uma gama de significados e símbolos sobre o mesmo, assim como uma série de textos e imagens, que serão responsáveis por fixar uma dada forma de vê e dizer o Nordeste e por sua vez o nordestino. O que implicará diretamente na forma como o próprio nordestino irá se vê e se dizer e como o restante do país irá ver e dizer tanto a região quanto o nordestino.

O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito desse fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio coloca-la como o problema mais importante dessa área. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.68)

Esse processo de regionalização Norte-Nordeste começa a ser produzido já com os discursos regionalista do Norte. O Nordeste é, portanto, o resultado de como esses discursos foram se configurando e o constituindo. Este, que a partir de então dará continuidade a produção imagético-discursiva que foi sendo, ao longo do tempo, por meio dos discursos regionalistas, delineada.

Com a pretensão de tornar o Nordeste um espaço conhecido e reconhecido, várias esferas de produção e divulgação de saberes se articularam para esse fim. A construção do Nordeste contou com o apoio de toda a produção intelectual da época, sendo esta, em sua grande maioria, ligada às próprias elites e, portanto, tendo interesses em comum.

Políticos, jornalistas, escritores, poetas, pintores, historiadores, sociólogos, folcloristas, vão articular toda uma produção cultural em torno dessa idéia de Nordeste, tornando este espaço visível e dizível, tornando essa designação um conceito em torno do qual se articulam demandas econômicas e políticas e se elabora conjunto de narrativa e símbolos que o vão definir. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p.100)

Será, em grande medida, a partir dos discursos que foram elaborados em meio a esses espaços de saber que se criarão não só um imaginário do Nordeste e de ser nordestino, mas também o preconceito em relação aos mesmos, tendo em vista todo o estereótipo ao qual estes vão estar vinculados.

A região Nordeste, assim como a identidade regional nordestina, nascem umbilicalmente relacionadas à questão da seca, e por tanto ligado a toda engenhosidade imagético-discursiva produzida em relação à mesma: miséria, flagelamento, banditismo, entre outros. Desse modo o Nordeste e o nordestino já nascem vinculados ao estereótipo de marginalidade, sendo essa palavra aqui entendida tanto no sentido de estar à margem, ou seja, fora dos padrões de civilização nacional, quanto na forma de criminalidade no sentido de que tais discursos nos levam a crer, que a seca produz não só flagelados e miseráveis, mas também criminosos, bandidos, que são levados por conta da fome a da sede a roubar e a matar para poder sobreviver. No entanto é interessante pensarmos que esse estereótipo só começa a ser construído a partir da seca de 1877, mesmo tendo sido constatados episódios de secas anteriores.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS DA SECA NO NORDESTE VEICULADAS PELA REVISTA VEJA

3.1 O PODER DA MÍDIA E O SEU IMPACTO NA COSTRUÇÃO DO SOCIAL

Com propósito de ampliarmos e facilitarmos um pouco mais a nossa compreensão em torno do objeto em análise, acreditamos ser necessária a inserção, neste trabalho, de uma discussão sobre a influência da mídia no social, visto que a mídia ocupa hoje em nossa sociedade uma posição de destaque no tocante às relações sociais, se inserindo tanto no espaço público quanto no privado. Diante disso, não poderíamos pensar o Nordeste fora desse contexto sociocultural.

A palavra *mídia*, como ficou conhecida no Brasil, foi criada a partir do aportuguesamento da expressão “*mass media*” vinda do inglês, que quer dizer (meios de comunicação de massa). A palavra *media* tem sua origem no latim, sendo a mesma plural de *medium* (meio)¹, entendido como veículo ou canal através do qual são passadas informações. Fazendo este breve itinerário etimológico podemos concluir que a palavra mídia esteve desde sua origem atrelada à ideia de meios como veículo de comunicação.

Como poderíamos pensar a sociedade de hoje desvinculada da mídia? Será que isso seria possível? A palavra mídia, tão disseminada atualmente, faz referência a todo o conjunto de dispositivos de divulgação e comunicação por meio de mensagens

¹ Para mais informações sobre a etimologia da palavra mídia, vide [https://pt.wikipedia.org/wiki/Média_\(comunicação\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Média_(comunicação)).

publicitárias. Entendendo como espaços de midiaticização o rádio, a televisão, o cinema, a música, a imprensa, revistas, jornais, histórias em quadrinhos, a internet, telefones entre outros. A mídia se apresenta atualmente de forma capilar na sociedade expandindo-se por todos os setores do social. Desse modo, parece-nos que pensar a sociedade em que vivemos e as várias formas de sociabilidades que nela se constroem, sem a presença da mídia, seria uma tarefa inviável, se não impossível, tendo em vista todo o poder que a mesma exerce sobre a construção do social.

Vivemos hoje o que Rubim (2000) considera como “Idade Mídia” em que as sociabilidades se constroem por meio do entrelaçamento entre mídia, sociedade e tecnologia de modo indissociável e inegavelmente. Rubim compreende a “contemporaneidade como uma sociedade estruturada e ambientada pela comunicação, como uma verdadeira ‘Idade Mídia’ em suas profundas ressonâncias sobre a sociabilidade contemporânea em seus diversos campos”. (p. 26)

Em outras palavras o filósofo Douglas Kellner (2001) afirma que vivemos uma “cultura da mídia”, onde os meios de comunicação tanto visuais quanto auditivos são elaborados com o propósito de jogar com as emoções, sentimentos e ideias da sociedade. De acordo com Kellner:

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem seu censo de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. (p. 09)

Nesse sentido, podemos entender que a mídia surge como uma invenção que invade a todos, em menor ou maior grau, uma vez que a mesma se constitui como sendo a maior fonte de informação e entretenimento que a população possui na atualidade, configurando-se dessa forma como uma ferramenta e, porque não dizer, uma arma poderosa na sociedade contemporânea.

A mídia exerce o que Bourdieu (2006) chamou de “poder simbólico”, um poder “invisível” que se constrói no cotidiano e que pressupõe a existência de uma cumplicidade entre aqueles que exercem o poder e aqueles que se submetem. Esse poder se faz possível e é validado por meio das várias formas discursivas engendradas na sociedade, podendo-se considerar a mídia na atualidade uma das principais detentoras desse poder na sociedade. Tal poder é exercido de forma velada, e se impõe pela fixação, por meio da repetição do discurso que pretende criar uma determinada forma de ser social. É o que Bourdieu (2003) entende como a construção e incorporação do *habitus*, que ele define como sendo

[...] o produto de um trabalho social de nomeação e de inculcação ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas “linhas de demarcação mística”, conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (p.64)

Partindo dessa perspectiva, podemos entender que mídia atua como um dispositivo social responsável por mudar e instituir os hábitos sociais. Para tanto, estabelece práticas, define percepções, cria os arquétipos do imaginário e faz brotar novas formas de subjetividade, desenvolvendo novos sentidos e novos valores de verdade. A mídia, com todo o seu arsenal tecnológico, funciona como um instrumento de manipulação social a serviço de interesses particulares, uma vez que a mesma não é neutra, como bem nos alerta Silveira (2011) “(...) há sujeitos por trás da dita ‘neutralidade’ midiática” (p.32), de modo que há também subjetividades e variadas formas de interesses envolvidas em sua produção discursiva. Seu poder de manipulação opera como uma espécie de controle social, na medida em que se transmite, de forma subliminar, por meio dos vários veículos de comunicação, um discurso ideológico e hegemônico que se interessa pela homogeneização do social.

O poder simbólico exercido pela mídia não se manifesta apenas nas palavras em si, mas na legitimidade que é conferida aos falantes por aqueles que escutam. Trata-se, pois do “(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico” (BOURDIEU, 2006, p.14). Mediante o emprego de estratégias discursivas que se manifestam por meio das informações, da

persuasão, da fixação da imagem e pelas várias formas de entretenimento, a mídia tem o poder de instituir o que é real.

Na condição de veículos produtores, distribuidores ou portadores de mensagens e de informação, a mídia se converte na contemporaneidade em centro de gravitação de poder, encarregando-se de moldar o mar flutuante das opiniões, criando a “imagem total”. A mídia incumbe-se da produção e da circulação de um oceano de mensagens criadas ao sabor das motivações socioeconômicas e políticas, impõem-se continuamente como instância produtora de impressão de uma realidade... (OLIVEIRA, 2009)

Feitas essas colocações sobre o poder exercido pela mídia na sociedade, entendemos que não poderíamos pensar o Nordeste, construído histórica e imagético-discursivamente, dissociado deste exercício de poder. Uma vez que o mesmo é também afetado diretamente por esse exercício, por se constituir como parte do todo, e por tanto enredado na trama que compõe o tecido social.

3.2 CONTEXTUALIZANDO A REVISTA VEJA NO ESPAÇO MIDIÁTICO

Sendo a Revista Veja um dos periódicos da Editora Abril, uma vez que objetivamos contextualizar esta revista no espaço midiático, faremos uma breve explanação sobre a origem da editora e sua importância no processo de construção e divulgação da revista.

A Editora Abril² foi fundada na década de cinquenta pelo jornalista Victor Civita (Nova Yorke, 1907- São Paulo 1990), filho de uma família com antigas raízes italianas, nascido nos Estados Unidos e que se naturalizou brasileiro. No ano de 1949, Victor decidiu mudar-se, juntamente com sua família, para o Brasil, onde fundou a editora. Inicialmente, a Abril publicava apenas revistas em quadrinhos. No entanto, observando as mudanças que aconteciam na sociedade dessa época, Vitor Civita foi diversificando o conteúdo das publicações, o que fez com que rapidamente a Abril se tornasse uma das

² Para conhecer um pouco mais sobre a história do grupo Abril e da Revista Veja, acesse <http://www.grupoabril.com.br/>

editoras mais importantes do país. A Editora Abril se expandiu, ao longo do tempo, dando origem ao Grupo Abril, que se apresenta atualmente como um conglomerado do ramo de comunicação, configurando-se como um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina.

Em 1965, o jornalista Roberto Civita ainda residindo em Tóquio e trabalhando como subchefe em uma das filiais da Revista Time, foi convidado por seu pai, Vitor Civita, a voltar para o Brasil e trabalhar com ele na Editora Abril. No entanto, Roberto impôs, como uma de suas condições, a autonomia para criar uma revista informativa nos moldes da Time.

No ano seguinte, é feita a primeira publicação da revista denominada Realidade, que teria como inspiração a Time. A nova revista chegou a vender cerca de 400 mil exemplares por mês, o que fez com que os Civita acreditassem na possibilidade de torna-la uma revista semanal. É a partir de então que Roberto Civita convida o jornalista Mino Carta, que já havia trabalhado na Editora Abril em um outro momento como editor da revista Quatro rodas, para ser agora editor da revista Realidade.

Roberto Civita e Mino Carta visitaram as maiores e melhores revistas semanais dos Estados Unidos e da Europa, estudando sua organização e o desenvolvimento de suas publicações. Tudo para dar andamento ao novo projeto de revista da editora.

Em 11 de setembro de 1968 foi lançada a primeira edição da revista semanal, entretanto, rebatizada como Veja, tendo seus editores, com esse nome, o objetivo de atrair os olhares dos leitores para a reportagem. Em sua primeira edição, que trazia como manchete de capa “O Grande Duelo no Mundo Comunista”, a revista teve uma tiragem de 700 mil exemplares esgotada. No entanto, a edição seguinte vendeu só a metade e logo passaram a vender apenas 100 mil exemplares.

Com a Veja passando por um momento de crise, acarretando em prejuízo para a Editora Abril, Roberto Civita atribuiu a queda nas vendas ao caráter denso das publicações, que se pautavam nas questões políticas, com matérias longas e pouco ilustrativas, não chamando atenção do leitor comum. Com a censura política e jornalística imposta pelo regime militar, a situação da revista só fez piorar. Um total de 138 publicações foram vetadas até o relaxamento da censura em 1976. Entre as revistas censuradas, 55 sobre política nacional e 25 sobre a própria censura.

Mesmo com dificuldade para fazer com que a revista gerasse lucros para a editora, os Civita se mantiveram firmes no propósito de fazer com que a revista crescesse. É só a partir de 1975 que a revista começa a gerar algum lucro significativo para a editora, quando Roberto Civita, preocupado com os altos investimentos e baixos lucros da revista, decide implantar o modelo de assinatura para a aquisição da revista. É a partir de então que a revista começa a ser sustentável e a ganhar importância no espaço midiático.

Atualmente a Veja se caracteriza como uma revista de distribuição semanal publicada às quartas-feiras. Considerada como a maior revista semanal de notícias do Brasil, assim como a terceira mais vendida no mundo, a revista possui uma tiragem superior a um milhão de cópias, a maior parte vendida a assinantes. Abordando, em suas reportagens, questões nacionais e globais, entre os temas tratados com frequência estão questões como política, economia e cultura. Eventualmente também são publicadas edições que tratam de assuntos regionais, embora este não seja o foco da revista. A Veja se configura, na atualidade, como um dos maiores veículos de informação do país, e se propõe a fazer um jornalismo investigativo, imparcial e comprometido com a verdade dos fatos.

Nesse sentido, podemos entender que a revista ocupa uma posição representativa no espaço midiático e no âmbito social. O seu poder de informação e a credibilidade que lhe é atribuída por seus leitores, assim como sua importância no espaço midiático, faz dela uma verdadeira máquina de formação de opiniões, colaborando, dessa forma, para a construção das subjetividades e as várias expressões de sociabilidades que se fazem presentes na sociedade.

3.3 UMA LEITURA DA APROPRIAÇÃO DAS IMAGENS DA SECA NO NORDESTE PELA REVISTA VEJA

As imagens vêm, ao longo do tempo, adquirindo uma importância significativa no contexto social. Especificamente no contexto urbano, no qual a densidade populacional se apresenta maior. Sendo o ser social o principal objeto da indústria midiática, é compreensível que esta área seja abordada com mais veemência por esta

indústria. Na sociedade contemporânea, o tempo tem se tornado um bem cada vez mais precioso, de modo que os meios de comunicação dispõem de cada vez menos tempo para comunicar, ou seja, cada vez menos tempo para informar, formar opiniões e inculcar ideias no meio social. Dada a velocidade de assimilação de informações quando transmitidas através de imagens, estas tem sido cada vez mais utilizadas pelos meios de comunicação de massa. Tal uso vem, em grande medida, associado aos avanços tecnológicos vigentes, fazendo com que os signos visuais se tornem cada vez mais presentes no nosso cotidiano social. Assim, podemos dizer que vivenciamos, na atualidade, o que poderíamos chamar de uma cultura da imagem.

As últimas décadas foram significativas para a aceitação e compreensão da imagem enquanto uma forma de linguagem a ser lida e entendida como documento histórico. A amplitude e a importância que a imagem vem ocupando na produção social não pode, dessa forma, passar despercebida pelo historiador. É importante, enquanto historiadores, pensarmos a produção imagética como uma aliada da produção histórica; como uma ferramenta também discursiva. Entretanto, é também necessário pensá-la como uma produção cercada de vários tipos de interesses, por tanto, longe de ocupar o estatuto da verdade absoluta.

Tal como os discursos, as imagens tem o real como referente, não sendo a sua mimesis. As imagens podem, contudo, ser reconhecíveis ou estranhas, na medida em que se propõem reproduzir o real, de forma realista, a representa-lo de maneira cifrada ou simbólica, decompô-lo e transforma-lo, deformando-o. (PESAVENTO, 2003, p.48)

Considerando que não existe uma única possibilidade de leitura em relação às imagens; uma vez que as mesmas não devem ser vistas e nem analisadas como sendo espelho da realidade, mas sim como uma representação do real, nossa proposta nesse trabalho é tentarmos fazer uma análise imagético-discursiva; uma leitura de algumas imagens veiculadas pela mídia através da Revista Veja. Mais especificamente nos apropriando de determinadas imagens, que fazem referência à seca no Nordeste, presentes na edição de número 1545 da revista publicada no ano de 1998³, ano marcado

³ Uma cronologia detalhada das secas no Brasil, pode ser encontrado no portal “O grito da seca”, disponível em:
<<http://ogritodaseca.openbrasil.org/2011/06/cronologia-das-secas-1583-2001.htm>>

pela ocorrência de seca em algumas áreas da região Nordeste. Partindo dos nossos espaços de saberes enquanto historiadores, tentaremos identificar que formas de representações do Nordeste estão sendo veiculadas por esse espaço de midiatização e de que formas essas representações podem ser apropriadas pelos seus leitores, incluindo-se os próprios nordestinos. A partir desta análise pretendemos suscitar algumas reflexões sobre as representações imagéticas do Nordeste presentes na Revista Veja.

É importante ressaltar que não temos a intenção de, com essa análise, instituir uma verdade, e tão pouco temos o intuito de desmerecer a notoriedade e o renome da revista, assim como também não nos propomos a chamar de falsas as imagens ou os discursos feitos por quem escreveu a matéria na revista. Entendemos que tanto quem escreveu a matéria quanto quem fez as fotografias partem de outros lugares de autoridade que diferem do nosso e, por tanto, são olhares que se relacionam com outros campos de saberes. Pois, “(...) apenas imbuídos de uma perspectiva metafísica é que poderíamos estar procurando verdades absolutas, eternas e definitivas” (LENCIONI, 1999, p.201). De modo que cada lugar de autoridade vai escrever, interpretar, fotografar e selecionar de acordo com interesses vários. Sejam eles subjetivos, econômicos, políticos ou ideológicos.

Por se constituir como uma instância produtora de “realidade”, a mídia se coloca como parte inventariante do que entendemos como sendo real no mundo social. Nesse sentido, podemos pensá-la como um espaço que se legitima na esfera das representações, fazendo uso principalmente das imagens como forma de representar o real. Chartier (2002) nos ajuda a pensar o conceito de representação a partir de dois sentidos:

[...] por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado, por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediado que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o constituir em memória, e de o figurar tal como ele é. (p. 20)

De acordo com Chartier (1991), não existem práticas ou estruturas sociais que não sejam forjadas pelas representações, uma vez que as mesmas instauram sentido ao

mundo social. As representações são sempre concebidas e determinadas de acordo com os interesses de cada grupo. O autor entende as relações sociais como práticas de representações que moldam a forma de pensar de uma sociedade. Estas determinam o modo como um indivíduo ou grupo se percebe ou se posiciona, de acordo como se apropria de uma dada forma de representação, construindo novas concepções.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que a forjam [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por eles menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER. 1991, p. 17)

Partindo dessas perspectivas, podemos entender que a mídia tem o poder de interferir, formar, deformar, informar e transformar a realidade e, como consequência, as sociabilidades humanas. Comprometida com seus interesses, a força midiática é notória naquilo que divulga ou que silencia. Munida de uma condição valorativa, posiciona-se de maneira ideológica, tomando partido daquilo que é mais interessante e lucrativo para os seus interesses. Por se constituir como parte formadora do tecido social, a mídia se apresenta de forma eficaz no serviço de inculcação de ideias. Com o intuito de fabricar uma forma de representação social mais convincente, a mídia faz com que o mundo pareça ser o que vemos nas imagens das capas das revistas, telas de televisão, outdoors ou computadores, se utilizando, para isso, de um sistema de linguagens verbais e não verbais (texto/imagem) composto por simbologias e significados diversos.

Desse modo, não podemos analisar as imagens associadas ao Nordeste, veiculadas pela Revista Veja, desvinculadas do campo das representações, sendo as próprias imagens formas de representações, construção da percepção humana. Nesse sentido, Alberto Manguel (2001) nos leva a pensar que:

[...] A existência se passa em um rolo de imagens que se desdobra continuamente [...] imagens cujo significado (ou suposição de significado) varia constantemente, configurando uma linguagem feita de imagens traduzidas em palavras e de palavras traduzidas em imagens por meio das quais tentamos abarcar e compreender nossa própria existência. (p.21)

Apropriar-se da imagem enquanto fonte histórica é entendê-la e passar a analisá-la como um registro histórico; é não mais visualizá-la como um registro verdadeiro do passado; é tomá-la como uma representação, um testemunho da época em que foi produzida. É nos apropriando da imagem enquanto uma representação e, ao mesmo tempo, como uma fonte histórica, que nos nortearemos para fazermos essa análise, entendendo, enquanto historiadores, que “(...) nenhuma imagem é então ‘verdadeira’ ou ‘falsa’, é apenas adequada a uma cultura ou momentos, para expressar significados.” (LEHMKUL, 2010, P, 58)

As imagens que nos propomos a analisar estão inseridas em um contexto sócio-político brasileiro que corresponde ao ano de 1998, este marcado pela continuação do governo de Fernando Henrique Cardoso ou, como ficou popularmente conhecido, governo FHC. Desse modo, se faz necessário darmos um breve panorama deste cenário político, para que possamos melhor analisar de que forma a Revista Veja vai se apropriar das imagens da seca no Nordeste e representá-lo a partir deste contexto social.

O impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo teve influência direta no pleito presidencial subsequente. Com a saída de Collor, seu vice, Itamar Franco, assumiu a presidência do país de 1992 a 1994. Ao assumir o poder, Itamar Franco nomeia Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Fazenda. É a partir desse momento que Fernando Henrique Cardoso começa a pavimentar o caminho para sua vitória nas eleições presidenciais de 1994. Ainda como ministro, ele implantou o Plano Real na tentativa de estabilizar a inflação que acometia o país. Uma dos fatos marcantes no governo de Fernando Henrique Cardoso, é que depois de assumir a presidência em 1994, ele ainda teve a oportunidade de passar o mandato a si próprio, ao vencer novamente as eleições de 1998, depois de criar uma emenda que daria o direito de reeleição aos candidatos. De modo que, ao ser aprovada, esta nova lei possibilitou ao então presidente continuar presidindo o Brasil até o ano de 2002.

Além de professor e sociólogo, FHC tinha na bagagem uma carreira política amparada no recém-instalado Plano Real, vendo neste plano a possibilidade de uma estabilização econômica para o país e pretendendo com o mesmo levar o país ao seu pleno desenvolvimento. FHC tinha como proposta de campanha dar prioridade a questões sociais como: saúde, educação, emprego, agricultura e segurança. Para tanto, assumiu como meta a estabilidade da moeda com o intuito de reduzir o déficit público.

No entanto, para atingir esses alvos, o governo programou uma política de privatização de várias empresas estatais no país, a exemplo da Cia Vale do Rio Doce (empresa do setor de mineração e siderurgia), do Sistema Telebrás (empresa de telecomunicações) e do Banespa (Banco pertencente ao governo do Estado de São Paulo)⁴. As compras das empresas foram feitas, em sua maioria, por grupos estrangeiros, que adquiriam suas ações ou compravam grande parte dessas empresas, tornando-se sócios majoritários.

Segundo o documento “O Brasil não esquecerá - 45 escândalos que marcaram o governo FHC”⁵, publicado pela câmara federal dos deputados em junho de 2002, cerca de 45 escândalos viraram notícia na mídia impressa e televisiva na época do governo FHC, tendo como protagonistas vários líderes políticos além de instituições governamentais envolvidas em esquemas de corrupção e negociações financeiras ilegais. No documento, o governo FHC é comparado a uma obra de destruição e esses acontecimentos são considerados não como uma obra do acaso, mas como frutos de um planejamento meticuloso, que atendia, em grande medida, aos interesses empresariais.

Nesse sentido, podemos entender a era FHC como um período de impacto social considerável, servido, desse modo, como fonte de matéria-prima para o jornalismo investigativo. De acordo com Tavares (2012), a norma seguida pelo governo era atender em primeiro lugar aos interesses dos setores privados e não aos interesses públicos. Para isso, o governo precisou de um volumoso processo propagandístico para promover seu modelo de política econômica. Processo este que contou com o apoio e a associação da mídia.

Esse amparo midiático foi sobredeterminado principalmente pelas privatizações das telecomunicações nas concessões de novas frequências de transmissão de rádio e tv e de áreas de exploração de tv a cabo. Com as novas tecnologias, as grandes empresas de comunicação aumentaram a segmentação de audiências, através de políticas de concentração da propriedade privada, acumulação de concessões e formação de conglomerados de mídia. (p.21)

⁴ Sobre as privatizações no governo FHC, vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Privatizações_do_governo_Fernando_Henrique_Cardoso e as referências lá citadas.

⁵ É possível obter mais informações sobre o documento “O Brasil não esquecerá” no site da revista Consciência.net: <http://consciencia.net/o-brasil-nao-esquecera-45-escandalos-governo-fhc/>.

Segundo o documento “O Brasil não esquecerá”, publicado pela câmara federal de deputados em 2002, nenhum outro governo teria sido tão bem amparado pelo espaço midiático quanto o governo FHC.

Ainda de acordo com Tavares (2012), a grande maioria da mídia não escondia ou não conseguia desfazer seu favoritismo e aprovação às políticas econômicas adotadas pelo governo. As vantagens oferecidas aos principais grupos de mídia do mercado brasileiro resultaram em um sistema de apoio que se tornou responsável por redefinir a imagem do governo e do próprio presidente. Segundo pesquisas feitas por Tavares, a Revista Veja da Editora Abril é, nesse contexto político, considerada o veículo de comunicação que mais explicitamente operou como apoio ao governo FHC.

A primeira imagem (figura 1) que estamos analisando, apresentada a seguir, é a imagem de capa da Revista Veja, edição de 1545, de 06 de maio de 1998, que trás como manchete “*A fome no Nordeste*”, que remete à temática tratada em nossa pesquisa.



Figura 1- Capa da Revista Veja, 06/05/1998.

(Fonte: acervo digital da Veja)

A figura 1 nos permite inúmeras possibilidades de leitura. Porém, o que nos interessa, neste momento, é identificarmos e deciframos os códigos presentes nessa fotografia que possam vir instituir uma cristalização do Nordeste enquanto espaço de miséria.

A partir de uma análise descritiva da imagem, podemos identificar, nos sustentando no aspecto sensível do olhar e sem um maior aprofundamento, que a revista se apropria da imagem de uma criança, provavelmente, para chocar os leitores, ao mesmo passo em que suscita a curiosidade e interesse destes pela matéria em questão. Dando continuidade a esta análise, podemos perceber que o nome da revista se apresenta de vermelho e em letras garrafais e, contrastando com o ambiente escuro, o nome da revista se sobressai na imagem, chamando a atenção do leitor. Como o próprio nome já sugere, a revista convida o leitor a ver a situação desta criança, denotando, já de início, o perfil da criança nordestina e, conseqüentemente, do homem do Nordeste.

A criança apresentada na imagem de capa (figura 1) é um menino de pele morena, de copo quase desnudo e aparentemente um pouco sujo. Com aparência física desnutrida, o garoto apresenta em algumas partes do corpo como joelhos, ombros e peitoral uma certa saliência óssea e carrega um semblante de sofrimento e fome, no qual está cravado um olhar triste. O menino trás consigo um prato de comida contendo, aparentemente, arroz e feijão. Ao lado do garoto percebemos um fogão de barro apagado, com restos de lenha e cinzas, sobre o qual nenhuma panela se pode enxergar, mas uma tampa se faz presente. A lamparina acesa nos remete à ideia de que o ambiente não possui energia elétrica. No entanto, a iluminação predominante no ambiente, certamente, não é oriunda da chama da lamparina: as sombras produzidas pelo garoto e pela própria lamparina denunciam a incidência de um feixe de luz externo como, por exemplo, a luz solar ou o flash da câmera. Diante de tais observações, os seguintes questionamentos fazem-se pertinentes: será que a(s) panela(s) foram retiradas de cima do fogão no momento da fotografia? Tendo em vista toda a luz presente no ambiente, será que havia, realmente, necessidade da lamparina estar acesa? A resposta a estas questões não são o nosso objetivo nesta análise. Propomos estas indagações com o intuito de chamar a atenção do leitor para tais possibilidades.

O olhar fixo do garoto, provavelmente em direção à câmera, mas, certamente, não voltado para o prato enquanto leva a colher à boca, sugere que, no ato da fotografia, a criança não age espontaneamente. O menino está com um prato no colo que parece ter sido colocado só para ser fotografado. Ele parece ter fixado a colher no lugar e olhado em direção à câmera. No entanto, é importante salientarmos que, mesmo que a imagem partisse de uma reação “espontânea”, isto não significaria que a mesma se configurasse como uma verdade.

Entretanto, não estamos, com esta análise, buscando a “verdade escondida” por trás dessa imagem. A imagem é, na proposta desta pesquisa, entendida como resultado de uma construção representacional que envolve diversos tipos de interesses e intencionalidades discursivas, tanto por parte de quem fotografa quanto por parte de quem é fotografado e, sobretudo, por interesses políticos, ideológicos e institucionais.

Nesse sentido, Ginzburg (1989), apegando-se ao método Morelliano, explica que o historiador, ao analisar uma imagem, precisa agir como um investigador interpretando os gestos e sinais deixados e fazer uma crítica da imagem a partir do seu espaço de saber, desconfiando do que está posto, devendo ele decodificar o negligenciável. A esse respeito, Burke (2004) acrescenta:

No caso de imagens, como no caso de textos, o historiador necessita ler nas entrelinhas, observando os detalhes pequenos mais significativos – incluindo ausências significativas, usando-as como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir. (p.118)

Segundo Chartier (1991), “a apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que a produzem” (p.180). Partindo do princípio de que a imagem nos possibilita várias formas de apropriação, sendo ela um objeto que recebe sentido historicamente por aqueles que a produzem, podemos entender que a figura 1 pode ser, facilmente, interpretada e apropriada pelos leitores dessa revista como uma representação da realidade nordestina, tendo em vista a credibilidade conferida à revista por seus leitores e o fato de que a mídia imprensa, a exemplo da própria revista, desempenha um papel importante na construção da realidade.

Dando continuidade a esta análise, podemos perceber que, na figura 1, logo acima do nome da revista tem uma frase com letras menores e mais discretas escrita com letras de forma de cor branca, não chamando de forma imediata a atenção dos leitores, onde está escrito: “*O alcance da seca e o descaso das autoridades*”.

A revista traz, com essa frase, uma observação interessante, tendo em vista que há esse descaso das autoridades, tanto por parte do governo federal, como por parte dos governos estaduais, em relação aos problemas enfrentados no Nordeste. No entanto, pode-se dizer que os problemas enfrentados por esta região não são casos isolados no Brasil. Infelizmente, nossa política nacional é baseada em descaso social e, não só no que se refere aos problemas nordestinos, tal descaso também se estende a outras regiões do país. Assim, não podemos pesar esse descaso apenas se refletindo no Nordeste, como a frase, aliada ao contexto imagético no qual está inserida, pode nos levar a entender, mas sim como um mal que atinge nossa sociedade comum todo.

É importante ressaltarmos que a jornalista Pessoa (1998), autora da matéria “A Fome no Nordeste”, publicada na Revista Veja, afirma, em uma de suas falas, no que se refere ao descaso das autoridades em relação à seca no Nordeste em 1998, que, embora a seca e a fome sejam recorrentes, regulares e previsíveis nesse espaço, as autoridades só começaram a preparar alguma ajuda para socorrer as populações afetadas quando o problema se tornou demasiado grave, ganhando assim espaço no noticiário. No entanto, ao final desse discurso, a jornalista poupa o poder público e responsabiliza outros setores da sociedade, quando acrescenta à sua fala que:

Não se deve esperar que tenham um final satisfatório cobrando providencias apenas do governo federal, o alvo mais visível de quem gosta de apontar o dedo acusador para Brasília sempre que alguma coisa dá muito errado no terreno social. O drama da seca só será resolvido se outros agentes igualmente responsáveis entrarem em ação. A Igreja, por exemplo. Ou melhor, as Igrejas. E também as prefeituras, associações comerciais e as entidades de classe. Toda a sociedade tem de querer acabar com esse velho drama. (PESSOA, 1998, p.33)

Isso demonstra o posicionamento tanto da revista quanto da jornalista em relação ao governo vigente, retirando do mesmo a responsabilidade e a culpabilidade que, por ventura, lhes possam ser atribuídas por algum leitor sensibilizado por esta reportagem e pelas imagens que ilustram a mesma.

Como se não bastasse o impacto negativo que figura 1 já poderia causar ao leitor em relação ao Nordeste, a revista achou por bem acrescentar, bem no meio da capa e ao lado do garoto, uma segunda frase: “*A fome no Nordeste*”, que serve como manchete para a reportagem. Esta frase também está escrita em letras de forma, mas, desta vez, a letra é maior, se comparada com a frase analisada anteriormente, e está em amarelo, chamando bem mais a atenção do leitor do que a frase que se refere ao descaso das autoridades.

Logo abaixo da frase que chama atenção para a fome no Nordeste, podemos visualizar uma terceira frase, com letras ainda maiores, dizendo: “*Ainda bem que eu não tenho que comer calango*”. Esta é uma das frases que nos parece chamar mais atenção na capa: o tamanho da fonte utilizada e sua cor branca, contrastando com o breu do ambiente, lançam-se de forma radiante aos olhos do leitor, de modo que não é possível que esta passe despercebida pelo mesmo. Isso, associado ao fato de que a narrativa jornalística da revista atribui a frase à criança que ilustra a manchete de capa, faz com que o caráter trágico da declaração assuma uma conotação sensacionalista, evocando nos leitores os mais diversos tipos de sentimentos, a depender de como cada um se apropria do contexto imagético-discursivo presente na capa da revista.

Abaixo dessa frase, em letras quase imperceptíveis, uma referência à criança: “*O cearense Raimundo Lima, 6 anos, que na segunda-feira passada comia arroz e feijão doados por uma prefeitura*”. Enquanto historiadores é importante atentarmos para a quase imperceptibilidade desta frase, ao final da capa, ante o grande destaque dado à declaração “sensacionalista” atribuída, pela revista, ao próprio Raimundo na frase anterior. Como nos alerta Burke (2004), é necessário estarmos atentos aos detalhes “mais pequenos e significativos” de uma imagem. Nesse sentido, apropriando-nos do pensamento de Burke, no que se refere a entender a imagem enquanto fonte histórica, podemos interpretar a frase acima como um indício do que a Veja vem priorizar em sua matéria. Com esta frase, a revista chama a atenção para o fato que a criança só está se alimentando (de feijão e arroz em vez de calango) pela “boa ação” de uma determinada prefeitura, não especificada. Neste sentido, a revista explora ao mesmo tempo em que institui e reafirma um determinado perfil de nordestinidade, forjado a partir dos discursos regionalistas do séc. XIX, contribuindo, dessa forma, para uma estereotipização tanto da região Nordeste quanto da identidade nordestina. A frase em

questão serve, portanto, para ratificar o estereótipo de miséria nordestina, dando a entender que o nordestino sobrevive de doações ou “boas ações” do poder público.

A imagem da criança associadas a frases como as que se fazem presentes na figura 1 cria um contexto imagético-discursivo que serve para chocar o consumidor da revista ao mesmo tempo em que legitima e fortalece um determinado lugar social para o nordestino, traçando o seu perfil. O flagelo fica visível e chocante na imagem da criança esquelética que serve de ilustração para mostrar a “realidade” dura enfrentada pelas vítimas da seca. No entanto ao lermos a matéria não nos deparamos em nenhum momento com algum parágrafo que fale sobre a vida do cearense Raimundo Lima, de modo que a imagem tem apenas um caráter ilustrativo, resumitivo, representando um determinado modelo imaginário nordestino. Entendemos, nesse caso, que:

As ilustrações passam a ser resumidoras das temáticas, na medida em que as encenam, narrando-as ou descrevendo-as. Em outras palavras, a narrativa visual colabora com a criação e identificação de tipos uniformes e estereótipos que representam os sujeitos ou personagens históricos. (VAZ; MENDONÇA; ALMEIDA, 2002, p.55)

Ao analisarmos essa imagem (figura 1) podemos perceber que, em pleno final de século XX, imagens como essa ainda parecem ser as que melhor representam o Nordeste no espaço midiático, reproduzindo e reafirmando os mesmos estereótipos nordestinos criados pelas elites nordestinas do séc. XIX, que queriam realmente passar a imagem de um Nordeste sofrido, coitadinho; uma região digna de pena, que precisava de muita ajuda. Roland Barthes (1999) já destacara em seu livro *Mitologias* que a imprensa promove e ajuda a reproduzir certos “mitos”, criando sistemas simbólicos sobre o argumento de narrar apenas fatos.

Imagens como essa e outras que virão a seguir foram, e continuam sendo, vendidas pela mídia, espalhando-se pelo país e também pelo mundo, acabando por impregnar na mente de muitos um determinado modelo de Nordeste e de ser nordestino. Esta é uma das razões pelas quais se faz possível que, em pleno século XXI, ainda consigamos ver como, em grande medida, o Nordeste, assim como os nordestinos, são vistos de forma preconceituosa por uma boa parte de nossa sociedade. É graças a este tipo de construção discursiva e, em especial, a uma produção imagético-discursiva,

podemos dizer, “tão bem elaboradas” ao longo de algumas décadas, que o modelo de imaginário nordestino que conhecemos até os dias atuais perpassa os séculos.

Com essa análise não queremos dizer que o Nordeste não passa por constantes problemas, e nem estamos a dizer que não existem pessoas sem ter o que comer em algumas áreas nordestinas, e muito menos que a seca não existe em alguns espaços da região. A estiagem é um problema de ordem natural que acaba por se configurar em um problema social, político e econômico, como bem observou Albuquerque Jr (1999) e que, de fato, atinge algumas áreas nordestinas. No entanto, diferentemente do que a produção midiática, em especial, por meio de uma produção imagética, na maioria das vezes, nos leva a acreditar, esse não é um problema que atinge única e exclusivamente a região Nordeste, a exemplo de algumas partes da região Sul do país como é o caso do Rio Grande do Sul, e ainda algumas áreas da região Norte como Manaus e leste do Amazonas⁶. Entretanto, nenhuma outra região ficou tão estigmatizada quanto a região Nordeste. Não se vê falar, por exemplo, de alguma criança gaúcha, desnutrida e com um pratinho de comida na mão, protagonizando o espetáculo da seca na capa de uma revista de renome nacional e internacional. Imagens como a figura 1, como assim nos fala Albuquerque Jr (2009), ainda são responsáveis por “furarem a consciência” e “doerem nos olhos e nas mentes”, “abalando os corações mais duros”.

O Nordeste não é apenas castigado pelo sol ou pela natureza. Ele não se constituiu como essa imagem que conhecemos hoje naturalmente. O Nordeste, assim como o resto do nosso país, é castigado por uma política corrupta; por uma política de interesses pessoais, que saqueia nossos bolsos quando saqueiam os cofres públicos, a exemplo dos vários escândalos políticos que povoam os noticiários brasileiros. O que o Nordeste precisa não é de ajuda, como as elites políticas dessa região diziam no séc. XIX, vendendo a imagem do Nordeste como “povo sofrido” para arrecadar fundos para os seus interesses pessoais, se utilizando para isso do problema da seca, fazendo crescer esse imaginário nordestino que conhecemos hoje e que se propaga pelo mundo. O que o Nordeste, assim como outras regiões brasileiras precisa, é de uma política justa e honrosa que lhes deem, de fato, os seus direitos como cidadãos e não de uma ajuda, como se tivessem lhes prestando algum favor.

⁶ Para saber mais sobre a seca em outras regiões, confira no portal de notícias G1, acessando: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2015/04/seca-ja-fez-14-municipios-decretarem-situacao-de-emergencia-no-rs.html>>



Figura 2 – Imagem de Soledade - PB, Revista Veja, ed.1545 de 06/05/1998, Autor: Egberto Nogueira.

(Fonte: acervo digital da Veja)

A segunda imagem (figura 2) a ser, aqui, analisada, é uma fotografia feita pelo fotojornalista Egberto Nogueira⁷ e publicada pela Revista Veja, que, em sua edição de número 1545 de 06 de maio de 1998, se apropria desta imagem e a apresenta acompanhada da legenda: “Imagem de Soledade”⁸, para ilustrar, de forma emblemática, a matéria que aborda a questão da seca no Nordeste, intitulada: “*O fantasma da fome*”.

A matéria em questão trás uma imagem (figura 2) que, de acordo com as narrativas jornalísticas da revista, diz respeito à Soledade, cidade situada no interior da Paraíba, embora, como podemos observar, nada na imagem indica isso. A imagem se apresenta de forma totalmente atemporal e descontextualizada, configurando-se como um espaço inapreensível, desprendida de qualquer territorialidade reconhecível, de modo que, em nada faz alusão à cidade à qual foi associada.

Ao analisarmos atenciosamente essa imagem, podemos perceber que a mesma nos permite, a princípio, duas leituras. Inicialmente, podemos interpretá-la como sendo

⁷ Eguiberto Nogueira trabalhou para a Revista Veja por um período de dez anos, a partir de 1991. Fonte: Imã Foto Galeria: <<http://www.imafotogaleria.com.br/galeria/fotografo.php?cdFotografo=1>>

⁸ Soledade: Cidade localizada no interior da Paraíba. Mais informações podem ser encontrada em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Soledade_\(Paraíba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Soledade_(Paraíba))> e nas referências lá citadas.

uma representação das práticas coletivas existentes entre grupos interioranos, que tem a cultura de partilhar as atividades cotidianas, pensando no coletivo. De modo que o fotógrafo poderia, nesta perspectiva, estar registrando uma determinada prática local de trabalho em grupo.

Partindo para uma segunda leitura, podemos perceber que a imagem apresenta uma composição “harmoniosa”, na qual seus protagonistas se posicionam ou são posicionados de forma muito bem organizada. O enquadramento da fotografia nos leva a crer que as pessoas caminham de maneira coordenada, aparentemente, em uma fila diagonal organizadamente ensaiada, de modo que o quarto personagem da esquerda para direita parece estar, convenientemente, posicionado para encobrir a presença de um poste de alta tensão, o que, aliado à aparente ausência de vegetação na área, ajuda a conferir um aspecto desértico à paisagem. No entanto, ainda podemos observar a presença do que, aparentemente, são fios elétricos que sugerem a possibilidade de existência de luz elétrica no local. O artista, nesse caso, o fotógrafo, parece ter esperado o momento exato e a melhor posição dos atores (os fotografados) para realização da fotografia, recorrendo, como cenário, ao pôr do sol ainda reluzente, que deixara o céu avermelhado, dando a ideia de um dia de sol castigante. O aspecto desértico da imagem é ainda agravado pela escuridão que encobre o solo e faz com que qualquer possível vegetação existente no local esteja inacessível à nossa percepção.

Nesta paisagem de “deserto”; de uma terra, aparentemente, seca e infértil, é inserida a presença de homens e mulheres com latas na cabeça, o que faz alusão a uma possível falta de água no local (supostamente a cidade de Soledade). Entre os personagens que compõem a cena, percebemos a presença de um homem carregando duas latas apoiadas nas costas por meio de um pedaço de madeira. Pelos traços, parece ser um homem de idade avançada. Podemos perceber o seu distanciamento em relação aos outros, o que parece demonstrar o seu cansaço.

Acreditamos que um leitor, depois de passar pelo título da matéria e de ter um “rápido” contato visual com a imagem que a ilustra (figura 2), provavelmente imaginará que o conteúdo textual que se seguirá fará referência à imagem. Por tanto, é esperado que a reportagem aborde a situação da cidade de Soledade frente ao problema da seca e como a mesma, de acordo com o título da matéria, estaria enfrentando o “*O fantasma da fome*”. No entanto, não é o que acontece. A imagem, apesar de ser bastante

representativa e de criar todo um cenário de sofrimento e subsistência, não tem nenhuma relação com a matéria à qual está associada.

A matéria não segue falando sobre a situação da cidade de Soledade. A problemática abordada na matéria, sequer tem relação com o Estado da Paraíba. A mesma conta a história de um garoto de 14 anos de idade do Rio grande do Norte na década de 70, começando por dizer que “*sua experiência de vida, em Acari, é muito diferente da que tiveram os adolescentes que vivem no Sul do país.*” (PESSOA, 1998), a jornalista ainda acrescenta que o garoto passou fome e teve que saquear para poder se alimentar. A imagem é aqui, mais uma vez, apenas ilustrativa, o que denota o fato de que tanto a Revista Veja quanto a autora da matéria, não se apropriam da imagem enquanto fonte histórica, tornando-a uma ilustração para fins generalizantes.

É de grande importância observarmos que a jornalista se apropria, para esta matéria, das memórias de um garoto de 14 anos da década de 70. Outra questão a ser observada é que essa matéria se refere à seca de 1998. De modo que ocorre aqui não só uma generalização regional, mas também uma generalização de épocas. Ou seja, Pessoa (1998) faz uso de um depoimento da década de 70 para servir como parâmetro de representação para o ano de 98, dando a entender que, embora tenham se passado 28 anos, o Nordeste ainda continua estacionado no mesmo lugar e, assim como esse garoto de 14 anos da década de 70 teve que saquear para poder comer, o mesmo acontece com as crianças que vivem no Nordeste no fim da década de 90.

Embora essas colocações, feitas por Pessoa (1998), possam, a princípio, chocar o leitor, ainda ficam algumas questões passíveis de reflexão. Será que toda a população do Sul do país vive ou sempre viveu em boas condições? Será que nessa região não existem ou nunca existiram adolescentes que viveram ou vivem na pobreza e, que assim como esse nordestino, não tem ou não tiveram como se alimentar? Será mesmo que essa situação é, realmente, um caso isolado da região Nordeste? Usando as palavras da própria jornalista, será que, no sul do país, ninguém sofreu com a “mordida da fome”?

Outra questão que podemos levantar é que a jornalista se utiliza de uma imagem associada a uma cidade do Estado da Paraíba para fazer uma matéria abordando a história de um garoto do Rio grande do Norte, um outro Estado do Nordeste. A mesma se apropria da imagem apenas de forma ilustrativa e generalizante. De modo que, ao se apropriar visualmente dessa imagem e fazer a relação dela com o Nordeste, o leitor

pode assim entender que tal imagem representa a paisagem nordestina assimilando a ideia de que toda região Nordeste se configura tal qual a imagem se propõe representar. A esse respeito Albuquerque Jr (2009), nos chama atenção para o fato de que:

[...] as paisagens carregam consigo formas de visibilidade e regras de dizibilidade, as paisagens são construções do olhar humano sempre orientado por valores, costumes, concepções políticas, éticas e estéticas, interesses econômicos e sociais, e são ditas a partir de conceitos, metáforas, tropos linguísticos palavras que pertencem a uma dada trama histórica, a uma dada temporalidade, a lugares de sujeito, a lugares sociais. “Contemplar” a paisagem é fabricá-la para consumo individual ou coletivo, é procurar fixá-la, ou dissipá-la, monumentalizá-la ou arruiná-la, memoriza-la ou esquecê-la, é gravá-la ou inscrevê-la em algum suporte que garanta sua perenidade ou que apague suas marcas. (p.01)

A terceira imagem (figura 3) que analisamos é um mapa intitulado de: “*Onde estão os famintos*”. Esta imagem foi publicada na mesma edição da Revista Veja que as figuras 1 e 2 apresentadas anteriormente e também está associada à matéria sobre a seca no Nordeste.



Figura 3- Mapa que apresenta onde estão os famintos no Brasil - Revista Veja, 06/05/1998.

(Fonte: acervo digital da Veja)

A figura 3 trás, logo de início, uma frase informativa e ao mesmo tempo afirmativa, comunicando aos leitores onde os mesmos podem encontrar os famintos no Brasil.

No lado esquerdo da imagem, logo a cima, podemos perceber uma pequena imagem referente ao mapa do Brasil. Notemos que a região Nordeste é a região de enfoque no mapa. A imagem maior é uma ampliação da região da parte focalizada. Com exceção de uma pequena parte de Minas Gerais, a imagem em foco é formada exclusivamente por estados nordestinos. Essa imagem informa os leitores, segundo seu próprio título, a respeito de qual é a região do país e quais são os Estados brasileiros onde a seca e a fome estão instaladas.

Olhando novamente a imagem diminuída do mapa do Brasil, podemos notar ainda que nenhuma outra região foi focalizada nesse sentido. Desse modo, somos levados a entender, assim como qualquer outro leitor sem conhecimento prévio da região, que em nenhuma outra região do país existem pessoas passando fome, exceto uma ínfima parte de Minas Gerais, pertencente à região Sudeste.

O conteúdo textual que se segue após a imagem, não é necessariamente um texto que fale sobre a imagem, a jornalista escreve seu texto apegando-se a “um depoimento” chocante de uma família do Sertão de Pernambuco, que por falta de alimentos teve que se alimentar com palma. *“A família resolveu comer a palma, um cacto repleto de espinhos que serve normalmente para alimentar o gado. (...) Dona Maria do Carmo da Silva de 47 anos dá a receita ‘raspei os espinhos, passei em seis águas para tirar a baba verde da planta e cozinhei com sal. Depois, dei para a família provar. Todo mundo fez cara feia, mas, pelo menos, ficou de barriga cheia’.”* (PESSOA, 1998).

Tallon Bozi (2013) nos chama atenção para uma questão importante: a de que as narrativas midiáticas constroem uma “personalização das vítimas”. Segundo ela, na medida em que as narrativas midiáticas preenchem com detalhes da vida pessoal da “vítima” suas reportagens, estariam reforçando ou criando uma certa “política de piedade”, com o intuito de promover a sensibilização da audiência para um caso individual que representa o todo, contribuindo, dessa forma, para o reconhecimento do sofrimento do outro. Nesse sentido, Vaz e Rolny (2010) acrescenta que: “(...) os testemunhos tem a função maior de tornar sensível o horror dos eventos”. (p.13).

A jornalista apropria-se, para esta matéria, a um depoimento que chocaria qualquer leitor. No entanto, no que se refere ao uso da imagem, ocorre, com a figura 3, o mesmo que ocorre com as figuras 1 e 2 anteriores: uma certa intencionalidade de generalização, uma vez que a jornalista apega-se, em sua escrita, apenas ao Sertão de Pernambuco, ou melhor, ao depoimento de uma família do Sertão de Pernambuco. Assim, depoimento exerce um papel representativo na matéria. Apropriando-se de tal depoimento, a jornalista personaliza a vítima e a coloca como representação tanto do Sertão de Pernambuco, quanto de todas as outras áreas focalizadas no mapa. Feitas essas observações, fica aqui uma questão para que possamos refletir: se ela iria escrever uma matéria sobre uma família do Sertão de Pernambuco, por que usar uma imagem emblemática de toda região Nordeste, e não só um mapa representativo de Pernambuco focalizando o Sertão? O que ainda poderia ser generalizante.

Não achando que chocou suficientemente, a jornalista continua sua matéria, ainda com uma fala de dona Maria do Carmo, contando ela que: *“Quando falta comida mesmo, agente põe os meninos para correr atrás dos calangos. Mas é difícil, tem que ficar o dia inteiro correndo porque esses bichos correm demais.”* (PESSOA, 1998).

A partir deste depoimento, através do qual Pessoa (1998) se apropria da fala de Dona Maria do Carmo, uma senhora do sertão de Pernambuco e da declaração: “ainda bem que não tenho que comer calango”, associada ao garoto cearense Raimundo presente na figura 1, podemos identificar uma tentativa de homogeneização da imagem do nordestino, dando a entender que, em toda a região Nordeste, por conta da fome e da miséria proporcionadas pela seca, as pessoas são forçadas a comer calangos para sobreviver.

É importante pensarmos que, tal como foi colocado anteriormente, a Revista Veja se configura como um dos maiores veículos de comunicação e de informação da atualidade, tendo uma distribuição semanal superior a um milhão de cópias, de modo que podemos entender que esta tem um número de leitores que corresponde, mensalmente, a, aproximadamente, quatro milhões de leitores dentro e fora do país. Nesse sentido, é imprescindível pensarmos como esse veículo de comunicação vem colaborar com a divulgação e instituição de um determinado modelo de imaginário nordestino por meio de tais exposições imagético-discursivas.

Ainda se faz necessário fazermos aqui uma observação que, a princípio pode não ser percebida visualmente, e, talvez, até podendo ser entendida como irrelevante ou um simples erro de digitação. Se olharmos mais atentamente para o mapa com as divisões dos Estados nordestinos e seus respectivos nomes, podemos notar um certo descaso na escrita tanto no nome do Estado da Paraíba quanto no Estado do Piauí. Como pode ser observado na figura 3, os seus nomes estão escritos como “Paraceba” e “Piauce”.

É importante pensarmos que discursos imagéticos, como os analisados nesta pesquisa, cristalizam, inclusive para “alguns nordestinos”, a ideia de um Nordeste homogêneo, de grandes misérias, de caatingas cinzentas, de animais mortos, de sol castigante e de “povo sofrido”. No entanto, o que acontece, em grande medida, é que a mídia, fazendo uso de algumas imagens já fabricadas e/ou construindo outras, ajuda a propagar e vender uma imagem de um Nordeste estagnado e imutável fazendo recortes de determinadas áreas nordestinas e construindo imagens que, quase sempre, dão a entender que essa é a única realidade nordestina: lugar aonde a urbanização e a tecnologia não chegou.

A seca, a terra rachada, a fome, embora atinjam só alguns espaços, alguns períodos e alguns grupos sociais da região, são generalizados, tornam-se permanentes. De problemas sociais, eles terminam por se tornarem problemas de um dado espaço. (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.199)

A intenção dessa análise não é a de mascarar muitas das dificuldades vivenciadas no Nordeste. Deve-se levar em consideração que o Nordeste enfrentou e enfrenta grandes problemas políticos, sociais e econômicos. E sim, a estiagem é um fato observado em determinadas áreas da região. No entanto, a seca não pode e nem deve ser pensada como sendo a cara do Nordeste. O que se questiona nessa análise é como a mídia se apropria desses momentos de seca para vender um determinado discurso imagético de representação, sempre se utilizando da mesma imagem enrugada de um Nordeste condenado pela fome, miséria e desnutrição.

A dificuldade e a problemática social existem a nível nacional. Então porque apelar discursiva e imageticamente apenas por imagens pejorativas que negativam a imagem nordestina? Por que não mostrar seus outros lados? Suas outras paisagens?

Suas outras histórias? A questão não está apenas na venda dessas imagens, mas sim em saber que tipo de discurso está sendo vendido; que tipo de representação se pretende com elas; que intencionalidades permeiam sua produção?

A partir do já discutido e observado, acreditamos então ser possível entendermos a produção imagético-discursiva como uma poderosa arma de representação, que nos afeta mais rapidamente do que as palavras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as formas de apropriação e de representação das imagens da seca no Nordeste presentes na Revista Veja, podemos perceber que a imagem do Nordeste, assim como a do nordestino, ainda é apropriada de forma tendenciosa e arbitrária.

Ao longo de nossa pesquisa, pudemos verificar como a Revista Veja, enquanto espaço de midiatização, colabora significativamente para uma determinada forma de representação de imaginário Nordestino, ainda de acordo com as propostas dos discursos regionalistas do século XIX.

Infelizmente, a região Nordeste continua sendo pejorativamente representada por alguns espaços de midiatização, a exemplo da Revista Veja, que insistem em veicular uma imagem do Nordeste, apresentando-o como uma região de estagnação, que parou no tempo e no espaço. Vimos que a representação imagético-discursiva que se faz presente na revista em relação ao Nordeste promove, de várias formas, a criação de uma imagem única e exclusivamente relacionada à seca e à miséria. Além disso, percebemos uma certa intencionalidade de homogeneização no que se refere ao espaço e ao homem nordestino, divulgando e reforçando, deste modo, um determinado estereótipo de nordestinidade.

Nesse sentido, objetivamos contribuir, com essa pesquisa, para a ampliação do entendimento acerca de como a mídia, nesse caso específico, através da Revista Veja, reforça e, ao mesmo tempo, legitima esse imaginário de Nordeste que se propagou, não só pelo país, mas se apresenta, também, ao mundo.

Na medida em que a revista configura e personifica as vítimas da seca, ela busca representar, por meio destas, o espaço nordestino. A Revista Veja, por meio da apropriação das imagens da seca, produz dizibilidades e visibilidades em relação ao Nordeste, criando, assim, formas de representações que podem, facilmente, ser entendidas por algum leitor como verdadeiras, ou como sendo a única imagem que reflete esse espaço no contexto histórico e social.

O Nordeste, como bem nos lembra Albuquerque Jr (1999), não contém o monopólio da miséria. O mesmo não se constitui única e exclusivamente de secas. Este espaço é composto por uma infinidade de belezas, por outras histórias, por muitas outras formas de representações, que estão longe de se assemelharem à imagem da seca, ou, mais precisamente, à construção dessa imagem.

É necessário, enquanto historiadores, pensarmos que a imagem nada mais é do que uma representação de uma dada realidade, não devendo ser tomada como verdade absoluta e irrefutável. Isto implica entendê-la como construção da percepção humana e, portanto, susceptível a interesses diversos e a apropriações várias, assim como a variadas formas de intencionalidades. Devendo ser entendidas, também, dessa forma, as imagens que representam e descrevem o Nordeste apresentadas na Revista Veja.

Ao fazer essa pesquisa, fomos levados a refletir, enquanto historiadores, em relação à própria História, no sentido de pensá-la como uma ferramenta que pode transformar mentes e quebrar preconceitos. Possibilitando aos indivíduos, por meio da compreensão histórica, criar suas próprias narrativas de si e se definirem como participantes da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes/** Durval Muniz de Albuquerque Júnior; prefácio de Margareth Rago. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia.** São Paulo: Cortez, 2007.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Nordeste: Uma paisagem que dói nos olhos e nas mentes:** 2009. Disponível em:<http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segundaremissa/nordeste_paisagem_doi.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2016.
- BARTHES, Roland. **A câmera clara: Nota sobre a fotografia.** Nova Fronteira, Rio de Janeiro. Trad. Júlio Castañon Guimarães, 1964.
- BARTHES, Roland. **Mitologias.** Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 10 ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico/** Pierre Bourdieu. Trad. Fernando Tomaz. _ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina.** 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, Trad. Maria Elena Kuhner, 2003.
- BURKE, Peter. **A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** Editora Universidade Estadual paulista, São Paulo. Trad. Nilo Odália, 1991.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e imagem.** Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru; SP: EDUSC, 2004.
- BURKE, Peter. **A escola dos annales 1929-1989: A revolução francesa da historiografia.** Trad. Nilo Odália - São Paulo, Editora UNESP, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações/** Trad. Maria Manuela Galhardo - São Paulo: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, v.11, n.5, 1991, p. 173-191.

CIPRIANO, Maria de Socorro. Sobre os retirantes de Portinari. In: **Cultura de mídia, História cultural e educação de campo**/ José Luciano de Queiroz Aires... [et al.], (org.) - João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**/ Carlo Ginzburg. Trad. Frederico Carroti - São Paulo: Companhia das letras, 1989.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio: Brasil, segunda metade do século XIX**/ Sandra Sofia Machado Koutsoukos - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

LEHMKUHL, Luciene. **Fazer História com imagens**. História e imagem: Visuais e práticas de leitura. Campinas, SP; Mercado de letras, 2010, p. 53-68.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: **Novos caminhos da geografia**. Org. Ana Fani Alessandri Carlos - São Paulo: Contexto, 1999. (Coleção Caminhos da geografia).

LIMA, S. F. de; CARVALHO, V. C. de. Usos Sociais e historiográficos. In: **O historiador e suas fontes**/ Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (orgs.) – São Paulo: Contexto, 2009.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens: Uma História de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: **Fontes históricas**. Org. Carla Bassanezi Pinsky. 2ed. São Paulo. Vol.21, n.40, 2001.

NEIVA JR, Eduardo. **A imagem**. São Paulo: Ática, 1986. _Séries Princípios.

OLIVEIRA, Fernando. **A mídia, o campo, a ordem e o discurso: Molduras do poder simbólico**. Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador- Bahia-Brasil. 2009. Disponível em: <www.cultufba.br/enecult2009/19459.pdf> Acessado em: 23 de maio de 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história Cultural**/ Sandra Jatahy Pesavento. - Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSOA< Ana. ET AL. Brasil. “O fantasma da fome”. Edição; 1545. Revista: Veja, Editora: Abril. 06/05/1998. Disponível em http://veja.abril.com.br/060598/p_026.html Acessado em 10 de maio 2016.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência**. Editora Ática, São Paulo, 1996.

REIS, José Carlos. **Escola dos annales - inovação e História**. Paz e terra, São Paulo, 2000.

RUBIN, Antônio Albino Canelas. **A contemporaneidade como idade mídia**. Interface-comunicação, saúde, educação, Vol.4, n.7, pp. 25-36, 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/03.pdf> Acessado em 23 de abril de 2016.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. **Nação e região: os discursos fundadores**, 2000. pp.01-19.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A mídia e a educação no campo. In: **Cultura de mídia, História cultural e educação de campo/** José de Queiroz Aires... [et al.], (orgs0._João Pessoa: Editora da UFCB, 2011.

TAVARES, Michele da Silva. **FHC e os escândalos políticos: Os ‘modos de dizer’ de Veja e Isto É sobre as crises personalizadas**. Programa de pós-graduação em comunicação e cultura contemporânea. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7030/1/Michele%20Tavares.pdf>> Acessado em 20 de maio de 2016.

TOMAZ, Paulo César. **Leitura e uso das fontes no ensino de História**. Disponível em <alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem07pdf/sm07ss05_07.pdf> Acessado em 10 de abril de 2016.

VAZ, P.B. F; MENDONÇA, R.F; ALMEIDA, S.C.P. **Quem é quem nessa história?** Iconografia do livro didático. In: FRANÇA, Vera Regina (org). **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver.**_ Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VAZ, Paulo; ROLNY, Gaele. **Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais**. In: **Compós**, XIX, 2010. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_paulo_vaz_gaele_rolny.pdf> Acessado em 23 de maio de 2016.

SITES CONSULTADOS

ACERVO DIGITAL. Revista Veja. Disponível em:

<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 15 de abril de 2016.

CONSCIÊNCIA.NET. Disponível em:

<http://consciencia.net/o-brasil-nao-esquecera-45-escandalos-governo-fhc/> Acessado em 20 de maio de 2016.

G1. Disponível em

<<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2015/04/seca-ja-fez-14-municipios-decretarem-situacao-de-emergencia-no-rs.html>> Acessado em 27 de abril de 2016.

GRUPO ABRIL. Disponível em:

<http://www.grupoabril.com.br/> Acessado em 20 de maio de 2016.

IMÃ FOTO GALERIA. Disponível em:

<http://www.imafotogaleria.com.br/galeria/fotografo.php?cdFotografo=1> Acessado em 19 de maio de 2016.

OGRITO DA SECA. Disponível em:

<http://ogritodaseca.openbrasil.org/2011/06/cronologia-das-secas-1583-2001.htm>
Acessado em 15 de maio de 2016.

WIKIPÉDIA. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Média_\(comunicação\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Média_(comunicação)) Acessado em 20 de maio de 2016.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Privatizações_do_governo_Fernando_Henrique_Cardoso.
Acessado em 20 de maio de 2016.